

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAMEGO,
REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2015**

Aos trinta dias do mês de novembro do ano de dois mil e quinze, realizou-se no Salão Nobre dos Paços do Município, uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, cuja ordem de trabalhos foi previamente distribuída aos membros da Assembleia, através da convocatória datada de 16.11.2015.

ABERTURA

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, José António Carrapatoso Oliveira, presidiu à sessão que teve início às 09.30 horas, tendo o senhor Orlando Vítor Fernandes Nunes desempenhado, as funções de primeiro secretário e a senhora Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho as funções de segunda secretária.

PRESENCAS

José António Carrapatoso Oliveira, Presidente da Assembleia, Aurélio Paulo da Costa Henriques barradas, em substituição de André Luis Castilho Freire, Orlando Vítor Fernandes Nunes, Mónica Alexandre de Sousa Ferreira Lima, Ilda de Carvalho Pereira, Carlos Manuel Fernandes Silva, António Manuel Ferreira Penela, João Paulo Batalha Machado, Manuela Damiana dos Santos Almeida Guedes, Maria Leonor Fernandes Pinto Mendes da Costa, Ângelo manuel Mendes Moura, Manuel Lino Pereira de Carvalho, Carlos Manuel Mendonça em substituição de José Jorge dos Santos Tomé, Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro, Constantino José da Costa Vaz, Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho, Olga Maria Botelho Cardoso Ramos, Carlos Manuel Almeida Loureiro e os senhores Presidentes de Juntas de Freguesias de Avões, Britiande, Cambres, Ferreirim, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiros de Avões, em substituição do seu Presidente, Secretário da Junta de Figueira, em substituição do seu Presidente, Lalim, Lamego (Almacave e Sé), Lazarim, Penajóia, Penude, Samodães, Sande, União das Freguesias de (Bigorne, Magueija e Pretarouca), Secretário da União das Freguesias (Cepões, Meijinhos e Melcões) em substituição do seu Presidente, União das Freguesias de Parada do Bispo e Valdigem), Várzea de Abrunhais e Secretário da Junta de Freguesia de Vila Nova de Souto D'El Rei, em substituição do seu Presidente.

AUSÊNCIAS

Justificadas as ausências dos membros André Luis Castilho Freire, Maria Ascensão Bernardo Amaral, Vítor Manuel Costa Pereira Rodrigues, Carlos Dinis Marques de Almeida, José Jorge dos Santos Tomé e dos senhores Presidentes de Juntas de Ferreiros de Avões, Figueira, Penude, União de Freguesia de Cepões, Meijinhos e Melcões e Vila Nova de Souto D'El Rei

ANTES DA ORDEM DO DIA

O senhor **Presidente da Assembleia** deu início aos trabalhos, começando por propor à Assembleia Municipal um voto de pesar pelo falecimento do senhor Alexandre Esteves, pai do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiros de Avões, a quem quer em nome da Mesa, e julga poder fazê-lo em nome da Assembleia, expressar o sentimento de pesar pelo falecimento de seu pai, que foi unanimemente aprovado, seguido dum minuto de silêncio.

De seguida, deu conta de duas reuniões da Comissão Municipal de Saúde, para debater a questão da aquisição de um TAC para o Hospital de Lamego, das quais resultou um documento, entretanto distribuído aos membros da Assembleia, o qual foi aprovado por unanimidade por todos os membros que estiveram presentes nas reuniões, o qual vai merecer as diligências da Assembleia Municipal, com a colaboração do senhor Presidente da Câmara, no sentido de se tentar, tão breve quanto possível, que se adquira o TAC para o Hospital de Lamego. Este é um equipamento muito importante e necessário à população de todo o Douro Sul, para que possa estar em condições, um pouco mais iguais, ao todo nacional. É um documento que pretende concluir a questão da aquisição do TAC para o Hospital de Lamego. Para este exame já foi dado o contributo, como membros da Comissão Intermunicipal do Douro, tendo o senhor Presidente da Assembleia Municipal feito uma intervenção no sentido de sensibilizar o Conselho Diretivo da Cim Douro, da importância do TAC para o Hospital de Lamego, tendo solicitado ao senhor Presidente da Câmara, na qualidade de Presidente executivo da Cim Douro, para que lutasse para que nada passe, em investimentos na Saúde na zona da Cim Douro, sem que esteja contemplada a aquisição do TAC para o Hospital de Lamego.

Neste sentido, interveio o senhor **Presidente da Câmara** para referir uma questão técnica, relacionada com as conclusões do documento, pois a Cim Douro não aprova a candidatura, aprova o mapa de investimentos, que precede à apresentação das candidaturas. Por isso, sugeriu que a redacção, no ponto n.º 2 das conclusões, pudesse ser *”que a CIM Douro só deve aprovar o mapeamento dos investimentos em saúde, a candidatar na área da CIM, se ficar expresso e escrito que o Centro Hospitalar de Trás-Os-Montes e Alto Douro propõe um TAC para a Unidade Hospitalar de Lamego”*. Isto porque eles podem propor dois, mas se propuserem um para Vila Real e outro para Lamego, não se obstaculizará.

Usou da palavra o senhor **João Paulo Batalha Machado** para apresentar a seguinte moção, que se transcreve na íntegra: *“No passado próximo dia 13 de novembro, ocorreram em Paris vários atentados terroristas que deixaram o Mundo alarmado e estupefacto.*

Estes ataques cobardes e ignóbeis mataram 130 pessoas inocentes de várias nacionalidades, entre os quais um português e uma lusa-descente.

Pelo exposto, o Grupo Municipal do Partido Socialista vem propor um voto de pesar pelas vítimas que pereceram nos referidos atentados, apelando que a mesma seja votada por unanimidade e enviada à A.M de Paris”.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Assembleia** para dizer que colocava, de imediato, à discussão e votação a moção apresentada pelo senhor João Paulo Batalha Machado, afirmando que a Mesa a subscreve integralmente, entendendo que a mesma deveria emanar de toda a Assembleia, o que o proponente aceitou, sendo a Moção sido aprovada, por unanimidade.

O senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Lamego (Almacave e Sé)**, tomou a palavra, para uma intervenção que subdivide em duas partes; a primeira, para dar conhecimento da situação financeira da Junta de Freguesia de Lamego nestes dois anos. Como sabem, a Junta de Freguesia de Lamego faz todos os anos um pequeno balanço da sua atividade, este ano também o fez, distribuindo um *informail* em todas as caixas de correio da área da Junta de Freguesia de Lamego, porque a maior parte dos seus habitantes ainda desconhecia a situação aflitiva desta Junta de Freguesia.

Para além de todas as considerações ali feitas sobre as dificuldades com que, ao longo destes dois anos se tem vindo a debater, quer essencialmente deixar vincada a atual situação financeira desta Junta. Desde a tomada de posse, todos os compromissos assumidos com os funcionários, fornecedores e entidades respeitantes a este mandato, têm sido integralmente cumpridos, mesmo com o Fundo de Financiamento das Freguesias – FEF, penhorado no montante máximo legal, (20% até 2026), representando a quantia de 30.000,00€/ano, com a receita do IMI também penhorada, no valor de, aproximadamente. 19.000,00€/ano e do protocolo com os CTT, no valor de aproximadamente 1500,00€/ano. Afirmou que já foram liquidadas, desde a sua tomada de posse, até ao dia 31 de outubro de 2015, dívidas anteriores a funcionários no valor de 58.776,56€, a fornecedores no valor de 134.917,11€ e a entidades no valor de 76.964,26€, totalizando a quantia de 270, 657,93€.

Concluindo disse que a situação financeira da Junta de Freguesia de Lamego continua muito má, mas, com perseverança, cuidado e com muito vigor, julga que se conseguirá equilibrá-la, mas, para isso, vão ser necessários mais alguns anos.

De seguida, referiu-se à decisão unilateral das Estradas de Portugal, em relação ao desligar das luzes nos nós de acesso às entradas da cidade, nomeadamente a Bigorne, Valdigem, e, a Rotunda da A24, com a agravante desta estar no meio da estrada nacional 226, estrada com muito transito e ali perto se situar o acesso ao Hospital de Lamego. Assim, pensa que, nesta Assembleia, se devia lavrar um voto de protesto, até porque, pensa que a Câmara Municipal não foi ouvida nem achada neste assunto. Tanto quanto sabe, há outros nós, noutras auto estradas, onde o corte de luzes não se verificou. Assim, quer deixar este voto de protesto, esperando que a Câmara Municipal de Lamego, encete esforços junto das Estradas de Portugal, no sentido de resolver esta situação.

Tomou a palavra a senhora **Maria Leonor Fernandes Pinto Mendes da Costa** para mostrar o seu repúdio, perante os atos de vandalismo perpetrados, de que foi alvo o sistema de iluminação do Escadório de Nossa Senhora dos Remédios, com a danificação de projetores do solo e de projetores de coluna. É, de facto, necessário providenciar o reforço do policiamento, sobretudo, aos fins de semana, como disse o senhor Presidente da Câmara à comunicação social, associado também a uma cultura de sanidade e da defesa pelo património coletivo, mormente, dum monumento que constitui o ex-libris da cidade de Lamego.

De seguida, chamou a atenção para a necessidade de colocação de um sinal de trânsito, indicativo de passadeira, na Estrada Nacional 2, a fim de respeitarem o empedrado, que faz parte do Escadório de Nossa Senhora dos Remédios.

Usou da palavra o senhor **Aurélio Paulo da Costa Henriques Barradas** para afirmar que a senhora Maria Leonor Fernandes Pinto Mendes Costa antecipou a sua intervenção, que tinha como desiderato convidar todos os membros da Assembleia, a lavrar um voto de repúdio e de veemente condenação, em relação aos atos de vandalismo a que o Escadório de Nossa Senhora dos Remédios tem sido sujeito. Disse que tem estado a pensar nesses atos, não consegue perceber como é que um qualquer desatino, de origem humana, pode levar a cabo estes atos. Será um lamecense? Não será, quem quer que seja, há que tomar medidas. A Câmara tem estado preocupada com este problema, porque estes atos tocam no mais profundo da alma. Lamego é uma cidade monumental, os lamecenses têm orgulho nos seus monumentos, e deles falam a toda a gente, em toda a parte, são o seu postal, são, inclusivamente, a melhor indústria. Dói muito vê-los vandalizados de forma gratuita, por isso, o Grupo Municipal do Partido Socialista associa-se a este voto de repúdio e de condenação, deixando o convite para que a Mesa da Assembleia se possa juntar a este voto, porque afinal todos sentem o mal que fazem ao património de Lamego.

Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia** para dizer que, obviamente, a Mesa subscreve, integralmente, a proposta da senhora Maria Leonor Fernandes Pinto Mendes Costa e aceita o alvitre do senhor Aurélio Paulo da Costa Henriques Barradas, e pela expressão que vê nos membros da Assembleia, julga poder afirmar que esse voto de repúdio e de condenação será aqui aprovado por unanimidade, o que aconteceu. Como Lamecense agradece as intervenções da senhora Maria Leonor e do senhor Aurélio Paulo Barradas, porque sente a hostilidade, que elementos que integram um sistema que mereceu um prémio mundial de eletrificação de monumentos seja, de tal forma, vandalizado.

O senhor **Presidente da Câmara** interveio para deixar uma nota em relação à Junta de Freguesia de Lamego, reconhecendo, nesta Assembleia, o esforço enorme, que elogia, feito para recuperar a normalidade das contas da Junta de Freguesia. Disse não ser normal uma junta de freguesia ter dezenas de processos de execução e centenas de milhares de euros de dívida, que não consegue pagar, pois não tem

receitas para isso. Infelizmente aconteceu, e, porque as coisas são o que são, há que procurar resolver o problema, honrando compromissos, procurando formas, para que as competências da junta de freguesia sejam cumpridas. Nesse sentido, a junta de freguesia tem afetada mais de metade das suas receitas ao pagamento de dívidas e, as restantes, às atividades normais duma junta de freguesia, na cidade e na zona rural da freguesia, com a colaboração do Município e da Associação de Freguesias do Norte. E esta é uma situação que convém salientar aqui, sendo possível, com a colaboração de todos, ultrapassar situações difíceis, que têm também merecido, da parte dos fornecedores e dos credores da Junta de Freguesia de Lamego, a compreensão possível, para que, rapidamente, se possa normalizar a situação.

Em relação ao corte de iluminação pública nos nós da A24, disse ser uma situação lamentável e discriminatória, sendo o único cruzamento que está ligado o da A24 com a A25, o que mostra o tratamento diferenciado das Infraestruturas de Portugal e o Instituto da Mobilidade e Transporte dão hoje às restantes auto-estradas que mantêm a iluminação nos seus nós. Sobre isso não foi ouvido, mas usará todas as formas que tiver ao seu alcance para resolver o problema, como até ligar o Nó da A24 à iluminação pública do Concelho, a expensas da Câmara, discutindo depois o assunto. Mas nem a EDP liga à iluminação pública sem a autorização do dono das luminárias, que nem ao pedido do Município. Afirmou que iria articular com os restantes municípios ligados à A24, e com a CIM Douro, tomando medidas contra esta discriminação por parte do IMT e das Infraestruturas de Portugal.

No que concerne ao vandalismo perpetrado no Escadório de Nossa Senhora dos Remédios, disse que é uma situação preocupante, são atos de vandalismo gratuitos, não percebendo o requinte de malvadez sobre um equipamento de elevada resistência, que foi danificado propositadamente com muito esforço para atingir tal objetivo. A Câmara está em articulação com a Polícia, procurar fazer a vigilância possível do espaço, sendo certo, que a mata de Nossa Senhora dos Remédios tem zonas inacessíveis aos automóveis; mesmo que houvesse uma patrulha, é fácil estar um grupo de meliantes escondido, sem que consiga vê-lo. É um problema que todos têm de ajudar a ultrapassar, ou seja, todos teremos que ser, um pouco, vigilantes do espaço público, alertando para situações que pareçam suspeitas, para que as autoridades possam atuar. O vandalismo do espaço público é um fenómeno que acontece em muitos locais, num espaço que é de todos, e se está a banalizar.

Usou da palavra o senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Avões** para dizer que está solidário com o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Lamego tendo sido, sempre, uma voz contra o apagar das luzes.

Dirigiu-se ao senhor Presidente da Câmara dizendo-lhe que a realidade é a discriminação a que os seus fregueses já estão habituados; discriminação há entre a cidade e as freguesias rurais, por parte do Município de Lamego. Os habitantes da freguesia de Avões dizem que ainda bem não são só eles a lamentarem-se com a falta

de iluminação, também acontece nos nós das rotundas da A24. Quem se queixa de falta de iluminação nos acessos aos nós da A24, devia ir viver para as freguesias rurais sem luz pública junto das casas, situação terrível, para quem ali vive.

O senhor **Presidente da Câmara** disse não concordar com a posição do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Avões, dizendo-lhe que, dando o exemplo do vandalismo no Escadório, se o problema fosse o da falta de luz, os meliantes iam para Avões, não precisando de vandalizar os projetores de luz. Mas o problema não tem a ver com questões de segurança, mas sim o oposto, precisamente porque há luz, porque é ali que os meliantes querem estar, não é em Avões, tal como já aconteceu no Castelo, onde teve que se fazer um trabalho com a PSP de acompanhamento e vigilância da zona envolvente ao Castelo. Os meliantes, vão para o Castelo e para os Remédios, mas não vão para Avões porque ali não precisam de partir candeeiros, porque a partir das duas da madrugada as luzes estão apagadas. Por isso é escusado relacionar o processo de economia de energia com as questões de segurança.

Em relação à iluminação do nó da A24 se se desligasse das duas às cinco horas da manhã, o problema ficaria atenuado, mas não desligam, porque nunca as ligam. Aquela rotunda, quando foi construída como nó de acesso à A24, não tinha candeeiros de iluminação pública, sendo já no seu mandato, em 2005, por muita insistência do seu executivo junto das Estradas de Portugal e da Operscut, que se instalou a iluminação pública. Se, na altura, para haver iluminação pública naquele espaço, se entendeu que havia justificação, hoje, a justificação ainda é mais forte e premente, pois existe lá o Hospital, um equipamento de utilização massiva pela população, a qualquer hora do dia e da noite e isso faz toda a diferença em relação a todos os restantes espaços do Concelho, onde se pode aceitar que, num pequeno período da noite, o número de pessoas se movimentam é diminuto e marginal. Portanto, está-se a falar de ajustar um serviço público da cidade, que tem efetiva utilização durante as 24 horas, o que não tem nada a ver com as auto-estradas.

Usou da palavra o senhor **Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro** para dar toda a razão ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Avões, porque as questões da discriminação são de natureza qualitativa e não de natureza quantitativa. Não vale o argumento de se dizer que, para o Município, a falta de luz numa estrada como a A24, é prejudicial e que, para os cidadãos de Avões ou de qualquer outra freguesia rural do Concelho, não possuam os mesmos direitos. A cidadania não funciona assim, funciona, do seu ponto de vista, dando a cada cidadão os mesmos direitos, distribuídos de forma equitativa. O grupo municipal do Partido Socialista esteve sempre contra uma política de cortes nos gastos baseados numa discriminação negativa em relação à cidade e ao concelho rural, como também está contra esta atitude discriminatória, que traduz uma arrogância inaceitável, do corte da iluminação, em todos os acessos da A24. Aí todos estarão de acordo, há que desenvolver todas as diligências, dentro dum quadro legal e democrático, no sentido de manifestar o

direito que todos têm, tal e qual como todas as outras cidades. Não há cidades de segunda, não há pessoas protegidas, por aquilo que deve ser, de facto, a componente da cidadania, a qual tem que ser igual para todos. Da mesma forma disse, embora compreenda, discordar que o Município pretenda assumir temporariamente a responsabilidade que não lhe cabe, acha que se deve fazer, o senhor Presidente da Câmara disse-o muito bem, junto de todos os outros parceiros que estão prejudicados ao nível dos Municípios da Comunidade Intermunicipal e de todos os elementos que possam ser avocados, para desenvolver uma estratégia de afirmação e de reposição da justiça mais elementar. O Município não deve assumir a responsabilidade para cobrir essa falha grave, até porque depois, o que vai acontecer, provavelmente, é que o Município terá mais uma despesa, porque o provisório, em Portugal, normalmente, tem tendência a transformar-se em definitivo.

Usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara** concordando com o senhor Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro, pois todos têm os mesmos direitos, mas todos sabem que esses direitos têm limites, nomeadamente nos recursos, pois, por essa lógica, teria que haver centros de saúde, farmácias, postos de correio ou outros equipamentos e serviços indispensáveis, em cada lugar onde houvesse, pelo menos, uma pessoa. Isto é demagógico, não será possível.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

01- ASSUNTO: APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE SETEMBRO DE 2015

Presente para aprovação a ata da sessão ordinária de trinta de novembro de dois mil e quinze, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude de o texto ter sido distribuído previamente a todos os Membros.

Deliberação: Colocada à votação a ata foi Aprovada, por maioria, com vinte e sete votos a favor e cinco abstenções, por não terem estado presentes na sessão

02 - ASSUNTO: INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, A QUE SE REFERE A ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.

Usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara** dizendo que a informação está escrita e é clara, traduzindo um conjunto de iniciativas onde o Município marca presença ou foram desenvolvidas por proposta e iniciativa do Município. Fica ao dispor da Assembleia para quaisquer esclarecimentos. Aproveita a oportunidade para referir o evento que decorreu no dia 20 de Novembro - a apresentação, em Lisboa dum conjunto de quatro edições (livros), sobre os rituais da Máscara, onde não podia faltar uma edição sobre a Máscara de Lazarim, com a participação do senhor Amândio Rua, natural de Lazarim e ex-Presidente de Junta de Freguesia, que retrata esta tradição e esta importantíssima peça de artesanato, tão rica e que tanto orgulha os Lamecenses. A este respeito fez um convite ao senhor Presidente da Assembleia e à Assembleia Municipal para a inauguração do Museu do Entrudo, no período do Carnaval em

Lazarim, embora se esteja com alguma dificuldade, na presença dos grupos de Miranda do Douro, Mogadouro e Mira, também envolvidos neste projeto, que têm as suas celebrações do Entrudo. Sugere que, se possível, a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Fevereiro decorra no Museu de Entrudo, equipamento de grande qualidade que marcará a diferença não só na Vila de Lazarim, mas também no Concelho de Lamego, como relevante elemento de interesse turístico e visita.

Referiu duas questões não mencionadas na informação, sendo que uma se prende com os trabalhos da Comissão de Saúde desta Assembleia Municipal, na sequência dos quais disse que irá receber no Conselho Executivo da CIM do Douro, o senhor Presidente da ARS, onde o assunto do TAC, a par de outros na área da saúde em todos os concelhos da CIM, vai ser abordado para o Hospital de Lamego, bem como outros problemas que se colocam ao Hospital. Também, nesse dia irão decorrer as primeiras reuniões entre a CIM do Douro e a CCDR para a operacionalização e sistematização dum conjunto de Fundos Comunitários disponibilizados no âmbito dos pactos assinados entre a CCDRN e a CIM, para se começar a ter candidaturas e a desenvolver alguns projectos, iniciando pelo empreendedorismo e pelo Combate ao Insucesso e abandono escolar. Dará conta das conclusões e da evolução destes processos em próxima sessão da Assembleia Municipal, sendo bem-vinda qualquer sugestão ou proposta, em relação a estas temáticas, que os membros da Assembleia entendam fazer chegar à Câmara.

Interveio o senhor **Presidente da Junta de Freguesia da Penajóia** para felicitar o senhor Presidente da Câmara pelo evento levado a cabo no Salão Nobre dos Paços do Concelho, com a apresentação pública do livro “Estação da Poesia”, da autoria de Graça Teixeira, nascida na Penajóia, onde estudou até ir para o Porto frequentar um curso de educadora, e que faz, de certa forma, uma pequena viagem pela sua terra, Penajóia e Lamego.

Interveio o senhor **João Paulo Batalha Machado** para referir que, há pouco, não percebeu qual foi a ata que foi aprovada, se foi a ata que os membros têm em mãos ou a ata já corrigida, pois esta não foi distribuída aos membros da Assembleia.

O senhor **Presidente da Assembleia** esclareceu que a ata que foi votada, foi aquela que foi corrigida, já com a intervenção do senhor João Paulo Batalha Machado, que já se encontra disponível há dias na plataforma digital da Assembleia Municipal.

O senhor **João Paulo Batalha Machado**, relativamente à informação do senhor Presidente da Câmara parabenizou as Associações de Freguesias do Sudeste e do Norte, bem como a Câmara Municipal, pela iniciativa que tomaram, no “Melhor das Nossas Aldeias”, iniciativa, que foi difundida na RTP1 no programa “Aqui Portugal”, dando conta, em pormenor, das maravilhas que são produzidas na região de Lamego, seja da indústria alimentar, seja do artesanato e turismo. Este tipo de iniciativas são muito importantes para o tecido económico de Lamego e para o comércio local. Tudo o que seja divulgar Lamego, os excelentes produtos que Lamego tem e tudo o que

permita aumentar a procura dos produtos desta região e dinamizar a sua oferta, criando novos postos de trabalho, terá o apoio do grupo municipal do Partido Socialista. Faz votos para que estes eventos se continuem a realizar.

Tomou a palavra o senhor **Aurélio Paulo Costa Henriques Barradas** tendo como móbil a última nota do senhor Presidente da Câmara, relativamente ao Museu da Máscara e ao Entrudo de Lazarim. Espera que o Museu da Mascara venha a transformar-se num equipamento de mais-valia para Lazarim e para o Concelho de Lamego, e que o tempo venha a confirmar essa boa intenção. Mas, mais importante que isso, é o facto de ser necessário repensar o que é a realidade do Carnaval de Lazarim, pois tem assistido ultimamente a uma espécie de miscigenação entre o que era antigamente o Carnaval de Lazarim com os caretos de Podence. Há já em Lazarim figuras que se vestem de ripado vermelho, amarelo e verde, há algumas fotografias, inclusivamente, com esses trajes. Observou até uma mostra de artesanato, na Av. Dr. Alfredo de Sousa, onde, com o fundo da freguesia de Lazarim, aparecia um manequim com esses trajes. Entende ser necessário travar essa miscigenação, essa tendência para a cópia, porque o Museu de Lazarim é especialmente interessante pela genuína máscara e pelo genuíno discurso da comadre e do compadre. Pensa que o Entrudo de Lazarim merecia uma jornada de reflexão, que ligasse o Museu de Lazarim àquela espontaneidade popular, crendo, também, que não seria má ideia conseguir que as Máscaras de Lazarim fossem um produto de “marca registada”. Não sabe se será possível que a oficina artesanal integrada no Museu, possa transformar-se em algo mais produtivo, que seja uma mais-valia para as pessoas que queiram ser artesãos profissionais da Máscara. Porque, neste momento, a Máscara de Lazarim vive da paixão de alguns, não sendo uma atividade a tempo inteiro. Quando se vai ao Carnaval de Lazarim devia haver mais máscaras, não dez ou quinze, mas cinquenta, cem ou duzentas, porque isto é que empresta grande beleza às coisas, pois, de contrário, sabe a pouco, apesar da arte, do engenho e da criatividade dos artesãos, que não têm a oportunidade de dela colher rendimento. Ora, se a Máscara de Lazarim for uma marca registada, talvez surja uma escola de artesãos de Lazarim, onde a Máscara seja um produto genuíno vendável e com mercado. Nesta perspetiva, o Museu e a oficina de Artesanato ali a funcionar, teria o propósito de satisfazer a curiosidade, mas também do desenvolvimento económico para quem se dedicar a essa atividade a tempo inteiro. Reforçou que tudo isto merece uma reflexão sobre como é que o Museu da Máscara de Lazarim, pode ser uma mostra do génio fantástico de pessoas que poderão transformar a sua arte em dinheiro.

Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia** dizendo que a sugestão do senhor Aurélio Paulo Costa Henriques Barradas é pertinente, dado que este é um ano histórico para o turismo no Douro, que bateu recordes de procura, ultrapassando os setecentos mil turistas, esperando que o Museu da Máscara e do Entrudo de Lazarim, seja uma mais-valia e mais uma atracção para mais turistas no Concelho de Lamego.

Interveio o senhor **Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro** para algumas considerações em relação às informações do senhor Presidente da Câmara, que agradece. Começou por fazer suas as palavras do senhor Presidente da Junta de Freguesia da Penajóia, pela apresentação pública do livro “Estação da Poesia”, da autoria de Graça Teixeira, evento a que não pôde estar presente. Disse depois que, quando se fala em Museu, fica particularmente entusiasmado, embora com algum cuidado. Assim em relação á Máscara e ao Entrudo de Lazarim, afirmou que ter redobrado entusiasmo por várias razões. A primeira, orgulha-se muito, pois, no final dos anos setenta e princípios dos oitenta, foi o primeiro responsável por tirar as Máscaras de Lazarim e do Entrudo de Lazarim do seu espaço, colocando-os, pela primeira vez, numa exposição no Museu de Lamego. Passados uns anos, voltou a fazê-lo, já como Diretor, tentando sempre fazer a projeção do Entrudo de Lazarim, e da produção que lhe está associada dos Caretos ou das Máscaras, sobretudo das suas raízes profundamente antropológicas e culturais, hereditárias de um rito que ultrapassa as fronteiras temporais da própria religiosidade popular e do cristianismo e vai buscar as suas raízes ao paganismo. Este contributo que se vem firmando, para ele é muito saudável, felicitando o Município, por estar a desenvolvê-lo, com o que está absolutamente solidário.

De seguida abordou algumas questões em relação a esta matéria do Entrudo de Lazarim e do chamado Museu. Defender a designação de Museu é submeter-se a uma apreciação rigorosa do ponto de vista legal, num enquadramento da Lei-quadro dos Museus Portugueses e ainda desconhece se é um Centro de Interpretação ou se será uma outra designação, porque ser Museu impõe um determinado volume de regras, subscrevendo integralmente a argumentação do senhor Aurélio Barradas em relação à investigação, estudo, construção de seminários, colóquios, conferências, resultados de investigação, sobretudo, ao nível da Antropologia, da cultura, tradições populares, sendo extremamente importante esse Museu. Assim, o Entrudo de Lazarim poderia transformar-se num caso, não só de expressão nacional, mas de expressão ibérica, que tem raízes e tradições extraordinárias, podendo catapultar Lazarim e o concelho de Lamego para uma fronteira extraordinária em relação a essa matéria. Disse levantar estas questões do ponto de vista conceptual, falando mais o profissional, do que o político, desejando que este projecto tenha futuro, mas, sublinhando que o próprio Museu deve ser um garante da genuinidade e da autenticidade do que lhe está associado e, que não se degrade, ao ponto de ser substituído pela cópia, de outros ritos, que possam estar, hoje em dia, mais espalhados no imaginário do portugueses.

Aproveitou a oportunidade para dar os parabéns pelo facto do Museu de Lamego estar a ser objeto de obras de reparação e de reconstrução, por intermédio da Direção Cultural do Norte, obras que eram necessárias, E há milhões de euros aplicados em projetos de recuperação de Património Edificado, muito menos importantes que o Museu de Lamego, cuja requalificação não deve ficar só pelo tratamento e

recuperação do telhado, que é importante porque constituía uma ameaça durante os últimos anos, em função das infiltrações e outros potenciais processos de insegurança, mas não é suficiente. Lamego tem todo o direito de exigir uma obra de requalificação daquele espaço do ponto de vista museológico e do ponto de vista museográfico, porque são poucos os museus que têm uma coleção tão diversificada e tão importante, ao nível do património artístico nacional como é o Museu de Lamego. Assim, pede ao senhor Presidente da Câmara, que envie todos os esforços de tentar, que essa obra se adeque às novas necessidades. O senhor Presidente da Assembleia acabou de referir o extraordinário aumento de turistas, do qual o Museu de Lamego pode beneficiar enquanto polo de atração que constitui uma enorme riqueza. Reforçou que o Museu de Lamego é um grande Museu e precisa de remodelações e requalificações, pois é tão ou mais importante que os outros..

Também, quer saber, pois considera que o senhor Presidente da Câmara, quando se fala de património, está hoje, com mais sensibilidade e já não faria o crime de “lesa património” que foi a recuperação do eixo barroco, tal como o fez, quando vai mandar deitar abaixo o novo posto de turismo ao lado do Tribunal de Lamego. Foi um ato de “lesa património”, com a agravante de estar na área de proteção à Sé de Lamego, em área não edificante. Há um cantinho do Palácio da Justiça que entra nessa zona, e há metade de novo posto de turismo que entra nessa zona toda; portanto, aí tem que haver um corte. Gostava de saber se o senhor Presidente da Câmara já encontrou uma solução adequada para o problema, no cumprimento da Lei.

Tomou a palavra o senhor **Carlos Manuel Almeida Loureiro** sobre a intervenção do senhor Aurélio Paulo da Costa Henriques Barradas, sobre a perda de originalidade do Carnaval de Lazarim. Tal afirmação roçou ofensa aos Lazarinenses, ao colar o Carnaval de Lazarim do Carnaval de Podence. O Carnaval de Lazarim é puro, genuíno, é um carnaval de gente, de pessoas que se interessam e, que acham que tudo que fazem é com espontaneidade, mostrando aos visitantes que é o Carnaval mais antigo e tradicional do País, sem nunca querer copiar seja o que for. Contudo, agradeceu-lhe a questão que levantou, isto é, a certificação da Máscara de Lazarim, que só peca por tardia. Se é, ou não, possível, está na altura de se começar a pensar, pois já se demonstrou que é uma mais-valia para Concelho de Lamego e para o País.

Interveio a senhora **Maria Leonor Fernandes Pinto Mendes da Costa** para, no seguimento da informação do senhor Presidente da Câmara, datada de 20 de novembro, exatamente por isso, não foi mencionada uma outra importante iniciativa ao nível da educação na cidade, que foi a realização do Dia do Diploma e da Excelência, ocorrida nesse dia e realizada no Teatro Ribeiro Conceição, em que foram associados todos os alunos do Agrupamento de Escolas da Sé, que obtiveram excelentes desempenhos escolares ou que realizaram os seus estudos no ensino secundário. Refere este evento, como algo de positivo no ensino da região.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para algumas notas relativas a questões e intervenções muito importantes sobre a temática do Museu do Entrudo.

Começa por uma discordância, para depois acabar em sintonia. A discordância prende-se com a genuinidade e a incorporação de alguns elementos novos nos caretos e no próprio cerimonial do Entrudo de Lazarim. Por isso, disse ao senhor Aurélio Paulo da Costa Henriques Barradas, que, apesar de ser natural de Macedo de Cavaleiros, conhece muito bem o Entrudo de Lazarim, desde pequeno, e o Entrudo de Lazarim, naquele tempo, não era o que é hoje. Não era o que é hoje sob o ponto de vista da imagem estética, e, sobretudo, não era nada do ponto de vista do elemento de atração turística. Portanto, houve ali um trabalho simultaneamente intelectual de pesquisa, de encontrar as raízes e os fundamentos daquela tradição, mas depois, também, de incorporação de alguns elementos de modernidade, de inovação, que fizeram daquela tradição o que é hoje, e, que dá a Macedo de Cavaleiros um nome que, provavelmente, não tem em nenhuma outra área da actividade. E, em relação a Lazarim, há que ter em conta, como o senhor Carlos Manuel Almeida Loureiro referiu, que o Entrudo de Lazarim é um entrudo espontâneo, que se faz apenas e só com o contributo individual de cada um e que ganhará muito, se se puder melhorar com o trabalho científico, que se tem vindo a fazer, no âmbito do projeto da Máscara Ibérica.. Portanto, é inevitável que o Entrudo de Lazarim tenha que se adaptar, melhorando, para que, quando as pessoas fazem uma determinada coisa, percebam porque é que estão a fazer, porque é que a tradição era assim, e, obviamente, depois aparece as questões mais estéticas, lembrando que os materiais hoje são diferentes dos que eram utilizados. Há 50 ou 100 anos a população de Lazarim não tinha acesso a alguns elementos hoje disponíveis. Ultrapassada esta discordância, assume e defende que o Entrudo de Lazarim tem que melhorar sob o aspeto estético, o que vai obrigar à incorporação de alguns elementos novos. Em tudo o resto está de acordo, certificar as Máscaras será um processo complexo, mas há uma certificação informal, que, por exemplo, o Município e a Junta de Freguesia podem fazer, assegurando que não há uma alteração do entrudo, que o leve a confundir com tradições mais próximas e com outros carnavais que se celebram no País.

Em relação ao Museu disse que foi um processo controverso, só aprovado à terceira candidatura a fundos comunitários e, em boa parte, por incorporar a designação “Museu”, por se entender que o Museu tinha que ser mais do que aquilo, pois já não havia espaço para mais museus na região do Douro, face aos enormes investimentos utilizados no Museu do Douro e na sua rede de núcleos.

O Museu de Lamego, obviamente um grande Museu, e o Museu do Coa, que é um projeto complexo, que tem exigido um grande esforço e tem sido difícil de gerir e rentabilizar, face às circunstâncias do espaço envolvente, levaram a que o Museu do Entrudo fosse reprovado por duas vezes; mas reformulou-se o projeto, dando mais destaque ao Museu Interpretativo da Máscara Ibérica, mas mantendo a questão do

Museu do Entrudo, porque se entendeu que, independentemente de se trabalhar a temática da Máscara, não se pode deixar de incorporar ali a questão do Entrudo em si, enquanto festa e evento, quer a dos caretos. Portanto, para além da máscara, vai-se procurar manter uma exposição com os caretos, a figura máscara e o traje, com um desenvolvimento maior da componente máscara, que levará, conforme bem referiu o senhor Aurélio Barradas, à questão da oficina e a ser possível trabalho dos artesãos, com a conseqüente componente comercial. Haverá, como em qualquer espaço expositivo, uma área com exposições temporárias, onde poderão mostrar-se quer outras tradições ligadas à máscara e ao Entrudo, no País e na Península Ibérica e outro tipo de exposições, que gostaria se iniciasse com um olhar sobre Lazarim, que é uma freguesia interessante, com características próprias e espaços fantásticos, como a Anta de Mazes e outras tradições, para além do Entrudo. Seria interessante que os visitantes, quando observassem a primeira exposição, pudessem compreender porque nasceu ali e se mantém esta tradição do entrudo, e que a população, quando visitar o espaço, se possa identificar e senti-la mais como sua. Será dentro desta perspetiva que se abrirá o Museu por altura do Entrudo com uma primeira exposição provisória, feita com os dinheiros incorporados na obra, portanto não dirigidos à criação dos conteúdos, mas que, no futuro, terá que evoluir, com uma candidatura específica, sendo que o espaço físico é muito bonito e tem muita qualidade, dará para evoluir. Disse que a sua expectativa é que possa acontecer no Museu do Entrudo o que está acontecer no Castelo e na Cisterna, que tiveram, pelo segundo ano consecutivo, trinta mil visitantes, dos quais, cerca de nove mil, são estrangeiros, a maioria franceses, que são hoje os grandes turistas no Douro. Espera que o Museu do Entrudo, aproveitando toda a dinâmica do projeto do Vale do Varosa, com São Pedro de Balsemão, Ferreirim, tenha muitos visitantes e que isso se traduza em benefícios económicos para a Vila de Lazarim, para o que tem que existir um conjunto de atividades complementares, que não se podem esgotar dentro do legado do Museu. A Câmara Municipal está sempre na esfera da defesa do património e a melhor defesa para o património é que ele seja usado pela população.

Quanto ao Posto de Turismo, afirmou que não precisa de ser destruído, ele é metálico, pode ser desmontado, mas reaproveitado noutra espaço, noutra museu, o que não será necessário, pois está-se, com a Direção Regional de Cultura, a acompanhar esse processo e a situação está resolvida, sabendo que há quem goste e quem não goste.

Fez uma referência ao Dia do Diploma, do Agrupamento de Escolas da Sé, agradeceu a referência feita pela senhora Maria Leonor Costa, pois, na reunião de Câmara, em que esteve ausente, a senhora Vereadora Andrea Sofia fez referência à realização do Dia do Diploma. Esta informação escrita já estava feita, Realçou que há dois agrupamentos de escolas no Concelho, ambas excelentes, nunca fazendo discriminação entre os referidos agrupamentos, havendo uma excelente relação de trabalho com ambos.

Interveio o senhor **Aurélio Paulo da Costa Henriques Barradas** concordando com o senhor Presidente da Câmara, sendo verdade que o Carnaval de Lazarim não é hoje o que era há trinta ou quarenta anos atrás. Enquanto miúdo foi lá muitas vezes, hoje o Carnaval de Lazarim tem uma estrutura completamente diferente. O Carnaval de Lazarim é essencialmente de máscaras, de escarnio e mal dizer dos discursos do compadre e da comadre. É claro que estes dois elementos têm que se revestir de novas roupagens, servindo o seu alerta para que não sejam a imitação de outrem, pois far-se-ia um mau serviço ao Carnaval de Lazarim e às suas gentes, qualquer tipo de displicência, vendo aqui fatos de outros carnavais. Disse ao senhor Carlos Loureiro, não querer maltratar as pessoas de Lazarim, longe disso, fez apenas um aviso amigo de quem é de Lazarim. Nunca na vida, um filho da terra diz mal dos seus. Quis apenas fazer um alerta, que parte de quem se preocupa com Lazarim.

Relativamente ao Posto de Turismo, propõe uma solução salomónica, não é preciso deslocá-lo, apenas devia ser cortado na linha exata da zona de proteção da Sé, o que até devia ser sinalizado como onde começa a zona de proteção da Catedral.

Tomou a palavra o senhor **Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro** para dizer que, face à proposta apresentada pelo senhor Aurélio Barradas, que subscreve integralmente, achando que ficaria muito bem o corte do Posto de Turismo. Afirmou ser um conservador de profissão. Reforçou que aquela proposta é excelente, tendo em conta os materiais será fácil fazê-lo, mantendo o Posto de Turismo. Mas preocupa-o a outra saber como é possível fazer um parecer da Direção Regional de Cultura do Norte que viabiliza a construção daquela estrutura naquele lugar, sem fazer referencia, uma única vez, ao documento legal que estabelece e que classifica a Sé Catedral como Monumento Nacional e define a sua área de protecção. Alguém tem que assumir responsabilidades, porque esse parecer jamais poderá sustentar uma solução.

Felicitou o senhor Presidente da Câmara pela simples razão, tendo em conta a personalidade competentíssima do senhor Dr. Luis Raposo, do senhor Presidente da Câmara ir encarregá-lo de fazer um trabalho, pois, para além da grande competência que lhe é reconhecida, foi diretor do Museu Nacional de Arqueologia durante muitos anos, arqueólogo e antropólogo de grande gabarito, atualmente, faz parte da Direção dos órgãos sociais do ICOM Europeu, uma escala já, continental e europeia, uma personalidade de exceção, extremamente, competente. Está convicto de que o resultado desse trabalho será notável, como tudo aquilo que coloca nas suas proposituras dos trabalhos que desenvolve. Disse que nem acredita em tal atitude tomada pelo senhor Presidente da Câmara, tendo pena que o senhor Presidente da Câmara não tenha tido destas práticas há alguns anos, porque muitas coisas de errado não teriam acontecido, mas há sempre um tempo para arrepiar caminho.

Usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara** dizendo ao senhor Agostinho Paiva Ribeiro que procura, sempre, trabalhar com os melhores, mas, infelizmente para ele, nem todos os melhores são amigos do senhor Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro.

Em relação à questão da área de proteção da Sé, afirmou que é preciso perceber o que é a área da proteção da Sé, porque é que aquela área foi definida, não está por trás do Museu e porquê? Porque há uma fachada imponente e nobre que delimita aquela área de intervenção. Portanto aquele bocadinho situado entre o posto de turismo e a esquina do Tribunal e, que se prolonga por cima das antigas bombas de gasolina e do stande da Ford, integra a área de proteção da Sé para acautelar algumas atividades que ali pudessem ser desenvolvidas ou construções fortemente dissonantes para quem está a olhar para a Sé e depois em sentido contrário.

O edifício do posto de turismo foi pensado, exatamente, para limitar esse ângulo visual, para fechar a praça, sendo certo que o desenho original era diferente, nem sequer ocupando, em termos de edificação, o espaço de proteção, que ficava liberto por baixo, cumprindo a mesma função. Na solução de recurso que se foi obrigado a executar, nasceu assim mas, em termos formais e legais, a situação está assumida em conformidade com a Lei, atentas as justificações introduzidas no processo.

Já em relação à área de proteção é a melhor forma de fechar aquela grande praça, delimitada por aquele conjunto de edifícios históricos, patrimoniais, imponentes e os mais recentes, o Palácio da Justiça e agora o Centro de Informação turística, foi a melhor solução para garantir que futuramente, aquela envolvente não terá mais impacto relativamente à Sé Catedral, protegendo o património lamecense.

Deliberação: A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

03 - ASSUNTO: APRECIAÇÃO E DELIBERAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO EVENTUAL ENCARREGADA DAS COMEMORAÇÕES DO 25 DE ABRIL DE 2018 E DA VIII ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO FUTURO – ESCOLHA DO TEMA DA VIII ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO FUTURO

Presente proposta da Mesa da Assembleia Municipal, segundo a qual, com base nos pressupostos das apresentadas e aprovadas pela Assembleia Municipal de Lamego, em anos anteriores, a Mesa propõe à Assembleia Municipal a designação do Cidadão de Honra de Lamego – Senhor Professor João Rebelo Rodrigues Mendonça – para presidir à Comissão Organizadora das Comemorações do 25 de Abril de 1974 e da VIII Assembleia Municipal do Futuro, a realizar no ano de 2016, bem como a escolha do tema da VIII Assembleia Municipal do Futuro.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Assembleia** informando que a Mesa faz a proposta para que o senhor Professor João Rebelo Rodrigues Mendonça presida à referida comissão, bem como apresenta o conjunto de temas que as escolas colocam à consideração da Assembleia, para que seja escolhido o tema a ser discutido na próxima Assembleia Municipal do Futuro, no próximo ano.

Interveio a senhora **Mónica Alexandre de Sousa Ferreira Lima** para dizer que, em relação a esta proposta da ordem de trabalhos, tendo em conta a importância de que

se revestem as comemorações do 25 de abril, está convicta que as atividades das comemorações do 25 de abril para o ano de 2016 estão redimensionadas, dada a importância da data e o carácter reflexivo que se deve impor nessas comemorações.

Quanto ao tema, após análise dos temas propostos pelas escolas, e tendo em conta que o tema para a Assembleia do Futuro deve emanar dos temas apresentados, ressalta à vista, que de facto, há uma preocupação, por parte dos alunos, em voltar a discutir a rentabilização e promoção do património histórico/cultural da região. Todavia, pessoalmente, também vê a preocupação de um tema, muito pertinente, que tem a ver com o voluntariado juvenil. Disse querer partilhar, com todos os elementos da Assembleia Municipal, a sua alegria, por saber que, em Lamego já se começam a desenvolver programas de voluntariado, em parceria com IPSS'S e instituições de solidariedade, como é o caso do Colégio de Lamego. É de felicitar esta atitude dos alunos e professores. Contudo, quer que, de facto, no que concerne ao espírito cidadania e à formação humana, tão importantes para o desenvolvimento holístico dos alunos, quer crer, é tão importante a circunstância individual e a sua circunstância local, num contexto macro cultural. Portanto, parece-lhe que um dos temas indicados na proposta, designadamente a liberdade de expressão/direitos humanos, tendo em conta a situação flagelante que se vive hoje, nomeadamente, a questão que se prende com os refugiados, a questão que se prende com o desenvolvimento de posições radicais, fundamentalistas que espalham o terrorismo e que dizem respeito a todos. O desenvolvimento dos alunos pressupõe uma reflexão efectiva e cuidadosa, conscientes destas matérias, perante o que se está a ver hoje em dia, que se passa a nível europeu. Assim, parece-lhe ser muito interessante e imperioso para os alunos, refletir sobre a liberdade de expressão/direitos humanos, que se pudesse aproximar esse tema relativamente ao ostracismo e liberdade de opinião, nomeadamente, pluralidade e pontos de vista, deixando aqui a posição do grupo municipal do Partido Socialista relativamente a esta apresentação temática.

Interveio a senhora **Maria Leonor Fernandes Pinto Mendes da Costa** para, relativamente às temáticas propostas pelas várias escolas ou instituições de ensino, afirmar que gostaria de dizer que a opção prioritária vai no sentido da liberdade de expressão/direitos humanos. Numa época em que as liberdades individuais têm sido postas em causa por células terroristas, com repercussão a nível mundial, de que são exemplos recentes os atentados de Paris e a maior emigração de refugiados desde a segunda guerra mundial. Por tudo isto, seria importante que os jovens lamecenses debatessem essa temática, no espírito da construção da cidadania. A não ser esta opção, como segunda, seria a problemática do insucesso escolar, procurando auscultar os jovens sobre as possíveis causas e eventuais soluções a adotar, no sentido de contrariar a tendência de 2011 a 2014, em que, de acordo com o jornal do Centro, o Concelho de Lamego aparece com uma nota sofrida e uma previsão

negativa, quer dos exames do 9.º ano, quer ao nível dos exames nacionais do ensino secundário, mas a prioridade é a da liberdade de expressão/direitos humanos. Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia** dizendo que pode considerar, como unânime, a proposta que as senhoras Mónica Alexandre de Sousa Ferreira Lima e Maria Leonor Fernandes Pinto Mendes da Costa assumiram em nome dos respetivos grupos municipais, colocando à votação “A liberdade de expressão/direitos humanos”, sem antes fazer um parêntesis, para dizer que existe, para a Assembleia Municipal do Futuro, um prémio de dois mil e quinhentos euros, para um trabalho, que o senhor Presidente da Câmara explicará, conforme prometido no ano anterior.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para afirmar que as Assembleias Municipais do Futuro têm sido um exemplo de participação e preparação das crianças e jovens do Concelho, para desafios de cidadania ou seja terem a consciência e, terem a experiência de que se pode e deve participar, de que é fácil, de que é interessante, e entusiasmante fazê-lo. Acha que essa experiência será ainda melhor, se dela resultar algo de concreto, algo de prático e programático. Portanto a ideia era que à discussão teórica e à apresentação de ideias, projetos e iniciativas que se fazem na Assembleia Municipal do Futuro, se siga, resultando dessa discussão, um projeto concreto a executar pelo Município, sob acompanhamento da estrutura que é montada para que a Assembleia se faça, partindo da iniciativa da Assembleia Municipal, da participação das escolas enquanto instituição, dos professores que acompanham os seus alunos a esta Assembleia e deles próprios, pudesse ser executado esse projeto com uma verba até dois mil e quinhentos euros, de modo a que os alunos pudessem ver que, da discussão e deliberação tomada nessa Assembleias, ainda que, a “brincar” resultou algo com um efeito prático e que os jovens pudessem experimentar o resultado das suas ideias, das suas ambições e vendo as suas expetativas na prática. Tomou a palavra o senhor **Presidente da Assembleia** para dizer que, com a nuance apresentada pelo senhor Presidente da Câmara, colocar à votação o tema “**Liberdade de Expressão/Direitos Humanos**” e a nomeação do senhor **João Rebelo Rodrigues Mendonça**, como Presidente da Comissão Eventual para as Comemorações do 25 de Abril.

Deliberação: Colocada à votação a proposta foi Aprovada, por unanimidade.

04 - ASSUNTO: ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO ECONOMICO DE 2016

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal, propondo à Assembleia Municipal, para os efeitos previstos na alínea c), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que seja aprovada a proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano económico de 2016, que explicitam as principais linhas de orientação estratégica para o nosso Município e as iniciativas e ações mais relevantes para o mesmo ano.

Mais propõe nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, à Assembleia Municipal para que este órgão, de acordo com os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e respetiva alteração, e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, emita autorização prévia à assunção de compromissos plurianuais nos casos seguintes:

- a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) Resultem do previsto nas Grandes Opções do Plano;
- c) Os seus encargos não excedam o limite de 100.000,00 euros em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara**, referindo duas alterações, relativamente ao Plano de Atividades e Orçamento, que a Câmara apresenta para 2016. É o orçamento mais baixo de todos os apresentados pelos seus executivos, decorrente do reduzido valor escrito de despesas de capital, ou seja, para investimentos, por força da ausência, neste momento, de fundos comunitários que permitam alavancar a capacidade de investimento e manter um conjunto de projetos que se têm em carteira, que tem a expectativa de desenvolver, o que se deve ao atraso do “Portugal 2020”, apanágio de todos os quadros comunitários. Excetua-se a candidatura que há na área do saneamento, de setecentos mil euros, e outras pequenas coisas, que estão em curso e terminam no final do ano em relação ao QREN. Isto leva a que este orçamento fique restrito às despesas correntes, com as quais se está comprometido, devidamente enumeradas, que são as despesas com o funcionamento da Câmara, isto é, pagamentos de despesas com o pessoal, quer em cumprimento das principais imposições em termos de serviço público, o fornecimento de água, saneamento, a manutenção das vias rodoviárias, dos jardins, de todas essas questões obrigatórias para o dia-a-dia de uma Câmara Municipal, quer de alguns materiais de consumo corrente indispensáveis para o trabalho das equipas do exterior, quer o cumprimento dos compromissos financeiros, nomeadamente o pagamento de juros e amortizações sobre a dívida que o Município tem contraído. Disse que todas estas vertentes esgotam a receita prevista, no total de vinte milhões, novecentos e cinquenta mil euros, muito longe, por exemplo, dos vinte e nove milhões que se executaram em 2009 e vinte cinco, vinte e seis e vinte e sete milhões que se têm executado nos anos mais recentes. Decorre também de uma segunda componente que resulta do facto do Município estar num Plano de Ajustamento Financeiro, tendo limites previstos no planeamento feito em relação à elaboração do orçamento. Assim apresenta-se um orçamento que é ajustado à efetiva equidade financeira do Município de Lamego, às receitas previstas e às despesas imperativas que se têm pela frente.

Em relação ao plano de atividades, se é verdade que não se tem uma inscrição relevante de despesas de capital, também é verdade que não se estão a baixar as expectativas dos lamecenses, em relação ao cumprimento de um conjunto de

objectivos de continuar a investir no Concelho. Investimento no Concelho significa investir na cidade, nas zonas rurais, investir na cidade em determinadas componentes que se destacam como sendo os mais importantes para fixar a população, para que a economia funcione e haja criação de emprego e riqueza, sem o que não haverá futuro. Nas zonas rurais, investindo da mesma forma, mas, nas componentes que suportam as atividades mais específicas e ligadas ao setor primário e serviços, onde já há algumas unidades industriais e hoteleiras, como as existentes na frente ribeirinha do concelho, mas onde se tem, também, uma ocupação populacional humana mais dispersa e onde a natureza dos investimentos é diferente.

Existe grande expectativa para o próximo período de programação até 2021, face a um conjunto de desafios colocados pelo governo a todos os municípios portugueses. Um deles, já o referiu Água e Saneamento, não numa componente de serviço às populações, porque não é isso que hoje leva o governo a estimular os municípios a investir na água e saneamento, mas, pelo cumprimento de imposição da componente ambiental e a proteção de recursos, nomeadamente a despoluição das massas de água dos rios e ribeiros que atravessam o território, que leva à realização desses investimentos e, não os serviços às populações, onde em média, os índices já são razoavelmente elevados, se bem que, se sabe que há lacunas, como a freguesia da Penajóia, no caso do Concelho de Lamego.

A outra componente de grande destaque será o pacote de fundos comunitários contratualizados entre a Comissão Diretiva do “Norte 2010” e a CIM Douro, onde existem algumas componentes relevantes, diversas delas já executadas no âmbito do QREN, como seja a eficiência energética, havendo outras componentes que gostaria de vir a incluir e essa com nível prioritário no próximo ano, apesar de não prevista especificamente em orçamento, que seria alguma manutenção do Edifício desta Câmara, por força da eficiência energética, melhorando o isolamento, aproveitando também para levantar a cobertura, além de outros elementos que contribuíssem para a melhoria energética ou de comportamento energético deste edifício.

Referiu-se a outras componentes, mais viradas para a Ação Social e dentro dela para a Educação, pois já aqui se falou da reunião que irá acontecer para definir medidas de combate ao abandono e insucesso escolar. Uma outra componente de apoio à atividade económica e, aqui está-se a falar de empreendedorismo, de criação de mais emprego e do apoio mais direto às empresas e às pessoas, do que de projetos municipais, ao contrário do que aconteceu no QREN, em que se pode ainda executar a zona industrial, melhorando o seu acesso e todo o conjunto de investimentos mais infra-estruturantes. Uma outra componente que quer destacar, tem a ver com a estratégia de desenvolvimento urbano – o PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, que não é mais que a continuidade do processo de regeneração urbana levada a cabo no QREN, agora, com uma exigência maior, quer nos objetivos, quer nas componentes que o integram e, esse documento está

resumido no plano de atividades incluído no documento em discussão e é composto por três vertentes distintas: uma de regeneração urbana, uma de mobilidade e outra de inclusão social. No plano de regeneração urbana, está-se a falar de algo que contribua para a requalificação do património construído, de todo o edificado, seja público ou privado, havendo limites, só existindo dinheiro para investir no espaço público se houver empreendedores no concelho a investir nos seus imóveis privados. Olhar para trás é notório que muito se investiu no espaço público, com praças e jardins agradáveis, bonitos, com equipamentos públicos modernos e, ao lado, há fachadas dos edifícios privado a cair, lojas fechadas, imóveis no centro da cidade abandonados. Haverá neste novo plano essa imposição, com, incentivos e ajudas, quer em termos de redução da carga fiscal, quer na simplificação dos processos de licenciamento e de financiamento, através de instrumentos financeiros e dinheiro, que será emprestado por um fundo construído em condições bastante favoráveis.

Na Mobilidade Urbana, vista por uma perspetiva da União Europeia e não numa perspetiva dos Lamecenses, para quem ela é descer a Avenida 5 de Outubro, arrasar o Soldado Desconhecido, poder atravessar a Avenida Dr. Alfredo de Sousa, sem ninguém se colocar à frente do carro e, sair da cidade, o mais depressa possível. Ora, isto é oposto do que quer a União Europeia, que pensa as cidades e a mobilidade virada para andar a pé ou de bicicleta ou para usar transportes públicos. E se se falar em automóveis não são elegíveis, parques de estacionamento, como no âmbito do QREN, melhoria das vias, como foi feito na Egas Moniz, na Afonso Henriques, no Relógio do Sol, na Nacional N.º 126 para a Penajóia ou na Estrada Nacional n.º 2 até Penude. Não se pode pensar continuar a investir em infraestruturas rodoviárias, quando, genericamente, os carros são considerados prejudiciais à qualidade da vivência urbana. E em Lamego as pessoas não andam habitualmente de transportes públicos, não há orografia que permita andar de bicicleta, nem tem ciclovias funcionais, nem recreativas. Uma ciclovia porque só é elegível se levar pessoas para o trabalho. E a ciclovia que foi desenhada na zona mais central e comercial, ia por Fafel, futuro parque urbano, na envolvente Fernando Amaral, passar junto à mata dos Remédios, ir à Escola de Hotelaria, tentando justificar um conjunto de espaços que possam gerar procura, pois acha que Lamego não é uma cidade onde toda a gente circule de bicicleta, mas também não se pode ficar fora desta dinâmica.

Na componente da inclusão social já se tem feito um trabalho notório, quer dirigido à população mais jovem, nomeadamente, no âmbito do enxoval bebé, quer nas escolas, jardins-de-infância, 1.º ciclo, que estão mais sob a responsabilidade da Câmara. Quer, em relação a outro estrato importante, os jovens lamecenses que vão para o ensino superior, muitos deles saem da cidade e vão estudar para universidades e institutos politécnicos noutras cidades, com bolsas de estudo atribuídas pela Câmara. Depois, em relação aos estratos da população mais desfavorecida, ligadas à habitação social, cantinas sociais, com o apoio das IPSS's, que desenvolvem um conjunto de iniciativas

relevantes, que têm sempre o apoio da Câmara Municipal, quer na construção de infraestruturas, quer na operacionalização dos programas e medidas de apoio à população, quer ainda, depois, em relação aos mais idosos, com o Sénior ConVida e as políticas de envelhecimento ativo. Mas haverá sempre necessidades que vão surgindo e novos projetos e medidas que podem ser implementadas, que também, têm limites, não podendo ser projetos universais, mas devem ser projetos localizados. Há que dizer qual a área abrangida por um dado projeto, envelhecimento ativo, envelhecimento no Bairro da Ponte ou melhoria das condições de habitação em Alvorações ou Nazes, tendo que ser naquele espaço, naquela população, o que dificulta e limita, porque excluirá pessoas que estão em situação idêntica.

Justificou a descrição exaustiva deste programa, porque ele significará uma boa percentagem, talvez 40% a 50% dos fundos comunitários, que expectavelmente se irá ter disponível ao longo dos próximos anos e, porque se vai ter esse dinheiro, haverá um processo negocial para projectos que têm limites de enquadramento, elegibilidade, sobrando um pacote de projetos negociados em termos do seu valor. A sua expectativa era que não se viesse abaixo dos dez milhões de euros que se tiveram para o projeto “Viver Lamego”. S

Em termos de área de intervenção, também, se procura ser abrangente, ou seja criaram-se novas ARU's para que, no plano estratégico de desenvolvimento urbano, se poder ir a qualquer zona da cidade, seja à mais consolidada, seja aos bairros como Nazes ou Alvorações ou da Ponte. Este é um projeto que não será para executar num dia, num ano, à semelhança do que aconteceu no passado, é um projeto para, em conjunto, este executivo que dirige e os que se seguirão, poderem desenvolver, em articulação com a Assembleia Municipal e com a população, em geral.

Usou da palavra o senhor **Presidente da Junta de Freguesia da Penajóia** para, também em representação dos seus colegas Presidentes de Juntas do Partido Socialista, dizer algumas palavras relativamente aos Orçamentos e Grandes opções do Plano para o ano de 2016. De facto, há pouco falou-se de discriminação relativamente à iluminação pública, dizendo que gostaria de ver nestes documentos, por exemplo, o plano de ação da regeneração rural. Sabe que há limitações relativamente às candidaturas, mas a parte rural do Concelho de Lamego é importante, e, não se pode esquecer que existem algumas estruturas, tendo, cada freguesia, a sua particularidade, a sua necessidade e o seu levantamento. Em todas as freguesias rurais há sempre algo que pode aproveitar para nova reestruturação, importante para abranger vários tipos de população, como a população idosa, cada vez mais presente no Concelho, a população infantil cada vez menor. As freguesias rurais do Concelho são importantes e, nesse sentido, não colocando em causa os projetos aqui apresentados, os Presidentes de Juntas do Partido Socialista vão-se abster.

Quanto a algumas situações, como a parte que diz respeito a empresas, os jovens precisam de apoio, precisam de uma plataforma, não só física, mas também que vá de

encontro às necessidades e à procura. É importante que isso seja definido numa ação estratégica, sendo importante cativar novos negócios, pois em Lamego, como capital do Douro Sul, há uma grande oportunidade de chamar a atenção dos jovens, sendo certo que é importante definir os passos e os critérios, à semelhança que se vê noutros concelhos. É importante, oferecer esses espaços às empresas.

Falando na freguesia da Penajóia e no saneamento, apesar das limitações das candidaturas no quadro europeu que não ajudaram a fazer justiça a algumas freguesias, relembra que 80% do Concelho de Lamego já tem cobertura de saneamento, não consegue perceber que ainda haja populações sem esse bem básico. É importante oferecer às pessoas essas condições básicas. Para isso foi feita uma candidatura pela Câmara Municipal para um projeto de sistema de saneamento, com estações elevatórias. Está prevista para 2018, pode não ser aceite a candidatura. Mas para que este processo corra pelo melhor, sensibilizando a Câmara.

Interveio o senhor **Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro**, com um “aparte, que entronca na injustiça do senhor Presidente da Câmara, quando antes lhe referiu, que veria o amigo e não a competência, pois falou acima de tudo nas competências das personalidades. Sendo importante o projeto de requalificação do Castelo e da Cisterna, poderia ter sido muito melhor, se pusesse uma marca da diferença e da singularidade, sem prejuízo dos resultados que o senhor Presidente da Câmara referiu no aumento de visitantes, mas, nem sempre a quantidade é sinónimo de qualidade. Não que esses projetos sejam despidos de qualidade, acha que a têm, mas poderiam ter sido majoradas, o que não aconteceu, perdendo-se uma oportunidade.

A seguir referiu-se, a propósito do último parágrafo do Plano de Atividades e orçamento, da página 7, ou seja, neste parágrafo está síntese do plano e orçamento, não se percebendo nada do que está lá escrito. Quase que não precisava de continuar, porque isto é um pequeno *fait-divers*, que não representa essa ideia.

Sobre o orçamento, disse que é o orçamento mais baixo de sempre, percebeu que o senhor Presidente da Câmara o disse isso com pena e desânimo, mas ele próprio, considera-o o mais sério e verdadeiro. Este é o orçamento mais verdadeiro de todos do atual Presidente da Câmara, é o que corresponde, às duas componentes que são fundamentais em qualquer plano e orçamento - a despesa que se sabe vai ser executada e o investimento possível de fazer, com uma pequena margem de razoabilidade e prudência, onde pode haver algum crescimento, por isso, é um orçamento verdadeiro, traduzindo as dificuldades do Município. Os desvios colossais que em todos os orçamentos, menos um, onde a diferença, entre o orçamentado e o executado era na ordem dos 40% a 50%, mostram a discrepância imensa entre o que o senhor Presidente da Câmara colocava em termos de orçamento e depois o que, nas contas de gerência se verifica que era executado. Este é, para si e para o Partido Socialista, o orçamento mais verdadeiro e real à partida, que corresponde ao que o Município tem efetiva possibilidade de realizar. O senhor Presidente da Câmara diz

que continuará o investimento, porque há neste documento problemas, sobretudo ao nível do programa “Norte 2020” e à sua relação com as verbas atribuídas e às possibilidades executórias, tendo referido diversas vertentes do plano “Norte 2020” com a preocupação que considera atravessar o circuito urbano de todas as cidades e concelhos, que tem a ver com a ruína dos centros históricos e das zonas urbanas centrais. Isto significa que o Município tem que reforçar a política de incentivo aos privados, criando condições de recuperação das fachadas e dos seus interiores. Neste campo, o grupo municipal do Partido Socialista não está equidistante, considerando que se poderia avançar mais no aumento exponencial desses apoios, de forma a ter-se centros e bairros históricos com uma maior capacidade de atracção, desde que se mantenha a ideia de genuinidade e da autenticidade.

Já em relação à mobilidade urbana, em relação ao que disse o senhor Presidente da Câmara, nas formas e nos moldes da visão, disse até uma coisa curiosa, talvez por ironia, pois a visão europeia de se ter uma avenida e uma saída do centro da cidade, induz a crítica velada a quem defende a reabertura da Rotunda do Soldado Desconhecido. Contudo, o senhor Presidente da Câmara esqueceu-se de dizer que toda esta visão europeia parte do princípio, no âmbito das reformulações urbanísticas, que já existem circulares externas e alternativas ao trânsito, sobretudo, as que vão condicionar os centros urbanos. E, enquanto essas alternativas não existem, não há a primeira grande prioridade do senhor Presidente da Câmara deveria ser construí-la, para aliviar todo o centro urbano, sem a qual não conseguirá resolver esse problema.

A visão europeia é essa, de quem sabe o que tem ser prioritário e, só depois, o que é complementar. Se isso tivesse sido feito, mas não se fez, que se repense aquilo que é a circulação interna. Até se sabe que não há nenhuma cidade europeia cujos centros não tenham escapatórias bem estruturadas, sendo claro que as medidas e as formas se adequam às realidades urbanas de cada uma dessas cidades. Reforçou que em Lamego, enquanto não se tiver uma verdadeira circular externa, não se conseguirá resolver o problema, a solução feita para a Avenida, sem que o senhor Presidente da Câmara cumprisse a promessa do teste/ensaio, avançou logo com o corte, estando o resultado à vista de toda a gente, que sabe como está o centro da cidade.

Nas políticas de inclusão social, está de acordo com o senhor Presidente da Câmara, as preocupações do grupo municipal do Partido Socialista foram de inclusão social desde a primeira hora, considerando-as prioritárias, em relação a tudo o mais, face ao ciclo socioeconómico de extraordinária dificuldade em Portugal, mormente na sociedade lamecense, Era nessa altura que gostava de ter visto as políticas de inclusão social bem estruturadas, seguidas de projetos e acções suportadas, em termos financeiros, e não agora, em que se está à espera que se resolva com a possibilidade do “Norte 2020”. Disse não se poder utilizar um tipo de argumentação, como o senhor Presidente da Câmara fez, quando põe em comparação os problemas das dívidas ou contencioso com as Águas de Trás-os-Montes, dizendo depois que isso

coloca ao Município um problema ao mesmo nível de dívida da que resulta do Pavilhão Multiusos. Está-se a comparar um bem essencial com uma matéria que resultou de uma vaidade e megalomania do senhor Presidente da Câmara. Se se resolvesse primeiro o problema de abastecimento das águas e depois, porque se tinha dinheiro, fazer o pavilhão multiusos, não havia problema de sustentabilidade económica e financeira, tal como bastavam dois centros escolares, em vez dos quatro centros escolares.

Em relação à diferença do Plano de Ajustamento Financeiro em relação ao Orçamento, há aqui um deferencial que, no seu entender, não está na bondade do projeto de orçamento, está no maior rigor do próprio Plano de Ajustamento. No seu entender, para ser rigoroso, não devia existir uma opção de natureza estratégica, que pode ser política. Afirmou que o orçamento deveria ser coincidente com o Plano de Ajustamento, porque é isso que faz a própria credibilidade institucional.

Em relação aos planos e à razoabilidade das propostas é verdade que a esmagadora maioria, submetida à proposta do “Norte 2020”, são, sem dúvida, bons projectos, sendo necessários, e já deviam ter sido iniciados há muito tempo, pois eram os projetos que achava que deviam ter começado quando havia verbas e capacidade de endividamento suficientes para corresponder aos tais problemas de mobilidade e de inclusão social, e não agora, quando se gastaram no pavilhão multiusos dinheiros que deixaram o Município descapitalizado. O senhor Presidente da Câmara tentou construir a casa pelo telhado, não traduzido em melhorias para as pessoas, que estão a pagar o resultado dessa ideia idílica como construiu a casa chamada Concelho de Lamego. Disse ao senhor Presidente da Câmara que há uma discriminação entre a zona urbana e a zona rural de Lamego, afirmando que, por mais que tente afirmar que investiu muito nas zonas rurais, isso não corresponde à verdade, pois investiu muito mais na cidade.

A concluir, disse que a votação do Plano de Atividades e Orçamento, merecerá, da parte do grupo municipal do Partido Socialista, o voto contra destes dois documentos de gestão, na linha seguida pelos senhores vereadores do Partido Socialista em sede de executivo, por não corresponder àquilo que são as expectativas do grupo municipal do Partido Socialista, que é o benefício e o desenvolvimento do Concelho de Lamego.

A senhora **Maria Leonor Fernandes Pinto Mendes da Costa** interveio para colocar duas questões relativamente ao PARU – Plano de Ação de Reabilitação Urbana. A primeira é a seguinte: embora as propostas feitas no âmbito do PARU sejam pertinentes, tendo em consideração as várias tipologias de investimento, parece-lhe, que seria necessário projetar o espaço “Feira”, dada a necessidade dum equipamento deste género que decorre das carências identificáveis aquando da realização das feiras semanais e até de outros eventos que atraem vendedores e comerciantes ambulantes. A criação desse espaço público pretende salvaguardar os melhoramentos introduzidos ao longo da Av. Dom Jacinto Botelho e, por outro lado, conferir uma

melhor mobilidade e segurança aos respetivos frequentadores, Lamego necessita do espaço “Feira” próprio, com infraestruturas específicas, nomeadamente com casas de banho públicas, pois as espigas para a colocação de toldos comprometem a requalificação daquela avenida e inviabilizam ali a circulação rodoviária.

A outra questão prende-se com o património, a que chamaria de PARU n.º 5, que diz respeito à reabilitação urbana do edificado do Bairro do Castelo, pois, no seu entender, seria importante projetar a reabilitação do mural. Como se sabe existem duas cinturas de muralhas, sendo que a mais antiga suporta o peso da que foi feita posteriormente. Ora acontece que a cintura de muralha primitiva está a ruir, tem troços que ameaçam ruína, já sendo visíveis alguns blocos de pedra que rolam as quintas sobranceiras à muralha, colocando em causa a segurança dos habitantes das casas da própria muralha, das quintas circundantes, da GALP e, até, dos transeuntes que circulam na Av. Infantaria n.º 9. Afirmou que seria importante projetar ali alguma intervenção, para salvaguarda duma situação menos agradável para o Município.

Tomou a palavra o senhor **João Paulo Batalha Machado**, dizendo que o Orçamento e as Grandes Opções do Plano não passam de previsões para o ano seguinte. Assim, os números que estão nestes documentos não expressam certezas, mas previsões. Quanto à despesa que a Câmara diz que fará na página 65, não tem dúvidas que a mesma será feita, e se mais receita houvesse maior seria a despesa da Câmara.

Quanto às receitas, há uma coluna na página 64, onde está o programa de Ajustamento Financeiro e a previsão orçamental, diria que este programa de ajustamento financeiro é mais realista que o orçamento da Câmara, que, para ele, é demasiado otimista, dando o exemplo de três situações: nas taxas, o plano previa setecentos e cinquenta e quatro mil e duzentos e nove euros e doze cêntimos, o orçamento prevê uma receita de novecentos e sessenta e um mil e seiscentos e trinta e cinco euros, havendo um desvio orçamental de duzentos e sete mil, quatrocentos e vinte e cinco euros e oitenta e três cêntimos, dizendo desconhecer onde pensa o Município taxar tanta coisa. Outra situação, na venda de bens, há um desvio entre o plano e o orçamento de seiscentos e treze mil, seiscentos e quarenta e um euros e dezanove cêntimos, que é um desvio significativo. Ainda neste item o plano não menciona nenhuma receita e a Câmara menciona no orçamento várias receitas, nomeadamente quatrocentos mil com a venda de edifícios, perguntando quais os edifícios que a Câmara pretende vender para atingir esta receita. Disse assim que este orçamento, do lado a receita está muito empolado e é muito otimista, e que não conseguirão obter estas receitas.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Avões**, que, por imperativo de consciência, quer elogiar os senhores vereadores, aquando da aprovação do orçamento e do plano de atividades para o ano de 2016. Esteve presente na reunião de Câmara onde foi aprovado este orçamento e grandes opções do plano, dado que a reunião foi pública, e quer agradecer-lhes a preocupação

manifestada relativamente aos investimentos nas freguesias rurais. Disse ao senhor Presidente da Câmara, que anteriormente lhe respondeu menos bem, pois os vândalos não foram à freguesia de Avões danificar a iluminação pública, porque ela não existe, apesar de ser o primeiro a repudiar todo e qualquer ato de vandalismo.

Por isso, quer dizer aqui, em relação à iluminação pública, que o que o preocupa é que os direitos que abril deu, Avões não tem, apesar de se prontificar a reduzir 20% a 25% da redução da iluminação pública na freguesia de Avões, começando pelas ruas onde os membros do executivo da Junta de Freguesia de Avões moram.

Disse não concordar quando disse que fizeram um milhão de euros de investimentos nas freguesias rurais de 2005 a 2013, pois em 2014 não houve qualquer investimento, bem como neste ano. Questionou o senhor Presidente da Câmara se gostaria que o governo central lhe dissesse que para o Concelho de Lamego já foram as verbas todas. Como Presidente da Junta de Freguesia de Avões não teve nenhum investimento, desde que tomou posse até agora. No entanto, está feliz com todas as obras feitas no Concelho de Lamego, as entradas foram melhoradas, exceto a estrada que liga Resende a Lamego, desde a Calçada Guerra passando por Avões, chegando ao limite do Concelho de Resende. Foi a única estrada do concelho que não teve obras, tendo sido a estrada que trouxe o senhor Presidente da República, nas comemorações do 10 de junho, de Resende até Lamego.

Reafirmou que não tem havido investimento na sua freguesia de Avões, o senhor Presidente da Câmara enumerou muitas obras, mas irá solicitar ao senhor Presidente da Câmara que lhe faça chegar uma lista de todos os investimentos feitos na freguesia de Avões, afirmando que lá não foram feitos quaisquer investimentos.

Usou da palavra o senhor **Aurélio Paulo da Costa Henriques Barradas** para afirmar que não vai falar da consolidação das contas públicas, nem se as obras que estão neste Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano se são as mais lúdicas ou se são estruturais, nem falar do pagamento dos suprimentos ou se há grande aumento dos impostos diretos, não fala da questão do PAEL/FAM, a questão da CEL, hipotética ligação à A24, na parte Sul, nem tão pouco do investimento nas Juntas.

Assim, até começa por um elogiar o senhor Presidente da Câmara que é um construtor de cidades, ou seja, assenta nas obras públicas o desenvolvimento do Concelho de Lamego, perspectiva que é obrigado a respeitar, ainda que não concorde totalmente porque as cidades não são feitas de arruamentos, de edifícios, de praças, de lugares de lazer, são, mais que isso, pessoas. E, neste caso particular, pensa que este orçamento devia estar focado na recuperação económica do Concelho. Mas o senhor Presidente da Câmara poderá dizer que as obras também são o motor de desenvolvimento, que valem o que valem, sendo o seu impacto maior ou menor, consoante os cenários em que são analisadas. Na questão das obras, o caminho pode revelar-se não só perigoso, mas o resultado pode não ser ajustado à intenção do investimento. O senhor Presidente da Câmara já levou a cabo muitas obras, algumas

fluidas e outras nem por isso e outras de mau resultado. Crê que a ideia para o Complexo Desportivo/Pavilhão Multiusos, a seu ver, terá sido o único conjunto de obra bem pensado e organizado, que traria desenvolvimento à cidade de Lamego, que traria à cidade realizações desportivas de âmbito internacional, possibilidades de muitas federações internacionais, poderem fazer estágios em Lamego. Isso, não só garantiria uma espécie de caderno de atividades base no Pavilhão Multiusos que, eventualmente, poderia ser complementado com outros organigramas. Todavia, infelizmente, a questão do Complexo Desportivo de Lamego correu mal por vários fatores, apesar dos esforços do senhor Presidente da Câmara para que as coisas tivessem corrido melhor. Faz-lhe esta justiça. Relativamente ao Pavilhão Multiusos houve uma série de coisas que fugiram do controle, parecendo as obras de Santa Engrácia que nunca mais acabam. Por vezes as obras correm mal, outras correm menos mal, como é o que acontece com o bairro do Castelo, citando apenas a cisterna de Lamego, que hoje pode parecer um equipamento bem renovado, mas está a ser uma oportunidade perdida, porque a cisterna de Lamego tinha que cativar para si os turistas e os especialistas da história medieval e casteologia. É claro que os turistas estão ganhos, mas os especialistas não querem nada com aquele espaço, porque não apreciam que se tenha um dos únicos exemplares de cisternas mediáveis, onde era possível recuperar e estudar a história da idade média, e hoje se tenha ali qualquer coisa semelhante à metáfora “ Um carro antigo, quase único, depois levantasse o *capot* e têm-se um floreira lá dentro.

Disse que estava à espera que este orçamento fosse direcionado no desenvolvimento económico. O senhor Presidente da Câmara poderá dizer que se tem o PEDU, as incubadoras de empresas, o PARU 8 – a dinamização do comércio tradicional, o PARU 10, que tem a ver com o empreendedorismo, ainda se pode juntar o PACD, que tem que ver com o programa de apoio aos jovens empresários, mas, tudo somado, estamos a falar em cerca de novecentos mil euros em vinte e um milhões de euros. E, no que diz respeito à incubadora de empresas, que está voltada para as empresas de tecnologia, sem se mostrando que, num Concelho predominantemente agrícola, se podia criar uma incubadora para jovens agricultores, apesar de saber que isso decorre de outros programas comunitários. Questionou até que ponto a Câmara Municipal lidera o seu desenvolvimento económico ou apenas assume um papel secundário nesse desenvolvimento económico. Considera que a Câmara deve estar à cabeça desenvolvimento económico, entrando depois a questão das obras necessárias ao serviço do desenvolvimento económico. Sendo o senhor Presidente da Câmara o Presidente do Conselho Municipal do Desenvolvimento Económico, perguntou-lhe se algumas das medidas deste orçamento têm a ver com alguma reunião desse Conselho e onde está o parecer desse Conselho Municipal Disse ainda que existe um pelouro de Desenvolvimento das Atividades Económicas e Turismo, que se resume a

um conjunto eventos, sendo certo que os eventos promovem e bem, mas são a cereja no cimo do bolo, sob a qual há uma série de ingredientes.

Concluindo, considera que se devia apostar na competitividade das pequenas e médias empresas, e o “Norte 2020” tem dois ou três eixos relacionados com a questão da competitividade destas empresas, e é disso que em Lamego se precisa, sendo que este plano se estende até 2019, para ser cumprido pelos futuros Presidentes da Câmara. A Câmara Municipal não se pode contentar em ser só um parceiro que ajuda. Tomou a palavra o senhor **Constantino José da Costa Vaz** referindo que o senhor Presidente da Câmara foi bem explícito. No entanto, face às intervenções anteriores, em particular do senhor Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro, disse-lhe que os orçamentos são previsões, daí que o mesmo dizer que este é um orçamento realista. Então os outros não o eram? se os anteriores orçamentos fossem todos realistas, como o senhor Agostinho Ribeiro pretendia, se calhar não teria havido investimentos que não estivessem previstos nesses orçamentos, não teria havido investimentos que o Concelho de Lamego registou nos mandatos do Eng.^o Francisco Lopes ou passaria aqui a vida com orçamentos ratificativos. Infelizmente este orçamento é muito realista, porque não há previsões para o próximo ano do programa “2020”, daí um conjunto de investimentos que deveriam ser feitos, não o serão. Se fosse um orçamento mais ambicioso seria melhor, pelo que não percebe como é que o senhor Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro, interpreta os orçamentos. Por outro lado, que se lembre, não houve entre os orçamentos em que a execução fosse inferior a 40% ou 50%. Disse que neste orçamento há que ter em atenção que só três ou quatro itens referentes à despesa levam 60% do mesmo, o que significa que os restantes 40% são para ações de cariz social, para toda a despesa corrente do Município de Lamego, daí que não será possível, para uma câmara que, na sua atividade do dia-a-dia, tem inscrito no orçamento apenas 5% de receitas próprias, não poderá ter grandes ambições. Mas há que realçar que se continua a emagrecer a dívida, que, no próximo ano, baixará cerca de dois milhões e quatrocentos mil euros. Esta é a realidade e o rigor que o Eng.^o Francisco Lopes tem imprimido ao Município.

Disse ainda que este orçamento continua a apostar nas acções sociais, esta Câmara fez o que qualquer executivo socialista não fez nesta área, e, continua a apoiar no que se propõe, como o Museu Interpretativo da Mascara de Lazarim.

Disse que o grupo municipal da Coligação “Todos Juntos Por Lamego” votará favoravelmente o orçamento e as grandes opções do plano, não temendo a ameaça de ilegalidades ou irregularidades que lhe querem imputar.

Chamou a atenção do senhor Presidente da Câmara para as situações colocadas pela senhora Maria Leonor Fernandes Pinto Mendes da Costa sobre o Bairro do Castelo e a estado das muralhas, acrescentando a preocupação do seu Grupo Municipal para o vandalismo que está a acontecer no escadório de Nossa Senhora dos Remédios e no Bairro do Castelo. Sabemos que as autoridades estão preocupadas e encontrarão a

forma de combater tais comportamentos. Lembrou ainda que as verbas destinadas às freguesias e associações de freguesias correspondem a 8% do orçamento, chamando a atenção do senhor Presidente da Câmara para o facto das verbas atribuídas às juntas de freguesia do Concelho de Lamego serem só 2% do mesmo. As juntas já foram sacrificadas, já fizeram o esforço que deviam e foram conducentes com o que foi investido na cidade. Afirmou que julga possível conseguir, neste orçamento, mais verba para as juntas de freguesia, pedindo ao executivo que faça esse esforço.

Em relação a mobilidade na cidade de Lamego, fala-se muito na circular externa, mas o Partido Socialista continua com a pedra no sapato, com a abertura da Rotunda do Soldado Desconhecido, afirmando que todo o trânsito vai fluir. Na sua opinião isto não irá acontecer, deu o exemplo da Av. 5 de Outubro, que hoje tem uma fluidez notável, e considera que a mobilidade na cidade melhorou muito. Haverá pormenores a acertar, como seja a entrada na cidade pela Rua Macário de Castro, com fluxos de trânsito lentos devido às duas passadeiras existentes em frente ao Teatro Ribeiro Conceição e outra uns metros à frente junto ao posto de turismo.

Abordou o problema da feira, já levantado pela senhora Maria Leonor da Costa, que torna caótico o trânsito na cidade às quintas-feiras, em função do trânsito escoado pela Rotunda Dr. Fernando Amaral para a Avenida 5 de Outubro e o encerramento da Rua D. Jacinto Tomás Botelho. Reforçou que a ideia da abertura da Rotunda do Soldado desconhecido já perdeu força, poucas são as pessoas que a defendem, mas continua uma bandeira política que no Partido Socialista também está a esmorecer.

Disse ao senhor Aurélio Henriques Barradas que está de acordo quando falou em orçamentos mais virados para o desenvolvimento económico, o problema é que neles têm que existir verbas para investimentos, como a que contemplou a construção do Pavilhão Multiusos, investimento sempre pensado, mas muito criticado, pelo Partido Socialista. Ora, para haver dinheiro para uma coisa, pode faltar noutra, mas as verbas provenientes de fundos comunitários não se podem perder, daí que a Câmara tenha feito a aposta no desenvolvimento rural, que tem de ter componentes provenientes de investidores particulares, sem os quais é muito difícil fazer desenvolvimento rural.

Reafirmou que o Grupo Municipal “Todos Juntos Por Lamego” irá votar favoravelmente este Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano económico de 2016.

Interveio o senhor **Presidente da Câmara** para responder às questões colocadas por todos os membros que intervieram, algumas pertinentes, independentemente da concordância ou discordância com algumas delas, sendo imperativo que se faça aqui uma discussão aberta sobre as estratégias de desenvolvimento do Concelho de Lamego e a ação do Município no prosseguimento dessas estratégias e dos objetivos que se quer alcançar. Assim, sobre o plano de desenvolvimento rural que o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Penajóia colocou, disse que não se faz um plano de desenvolvimento urbano porque apetece e não fazer um plano de desenvolvimento rural porque não apetece. O primeiro é um desafio e é um concurso que a Comissão

Diretiva do “Norte 2020” lançou, que é transversal a todas as Comissões de Coordenação, ou seja, é um plano nacional, atingindo apenas os municípios da primeira e segunda linha da estratégia de desenvolvimento urbano nacional. No caso dos 19 municípios da CIM, apenas Vila Real e Lamego, ao passo que, na regeneração urbana, no último QREN, também incluía o Peso da Régua. Desta vez, só mesmo Lamego e Vila Real estão incluídos. Poderia alargar-se e fazer esta ponderação com alguns aglomerados urbanos com condições específicas, nomeadamente a Britiande e a Cambres, ensaiou-se essa possibilidade, simplesmente perdeu-se a coerência, ou seja, a cidade é a cidade, e, a cidade com dois satélites não funcionava, sendo, pela coerência da candidatura, desaconselhado a ir por essa estratégia. Afirmou que não há nenhuma forma de dizer que se está a tratar do problema da cidade, mas, agora, terá que existir um instrumento similar para fazer o tratamento homogéneo e uniforme, das zonas rurais, possibilidade que não existe. Em relação à questão do saneamento da Penajóia, já não é o tempo de se discutir as redes de água e saneamento, pois esse tempo foi há 20 - 30 anos, porque hoje é mais o tempo de discutir as questões do desenvolvimento urbano, das novas efetividades económicas emergentes, dos problemas sociais decorrentes do desenvolvimento económico que se teve até hoje, e, das soluções que se tem para resolver os problemas das pessoas que estão nessa situação, dando-lhes a “Cana para pescar” e não “O peixe para comer”. Mas hoje está-se a discutir o saneamento da Penajóia e noutros locais do Concelho, porque houve alguém que não fez o trabalho que devia, quando era o tempo oportuno para isso. E, quer no quadro comunitário anterior, quer neste, as dificuldades para este tipo de investimento são, cada vez, maiores, estão condicionadas a um conjunto de requisitos, que se prendem, não só com a obra em si e com a função que ela vai ter, mas com muitas outras circunstâncias, como o impacto ambiental e na entidade gestora e com os prejuízos e custos que isso acarreta, não pensando apenas no cumprimento do serviço à população. Se assim não fosse, era fácil, candidatava-se a obra, davam 85%, ia-se lá e fazia-se a obra. A candidatura que se fez já tem um argumento, fazendo-se jus ao epíteto de “Construtor” que o senhor Aurélio Henriques Barradas lhe quis por, de “construtor sim de soluções”, pelo que não se resignará à primeira e procurará soluções, porque o saneamento da Penajóia não é abrangível por alguma das medidas financiadas por fundos financeiros do quadro comunitário “Portugal 2020”, pelo simples motivo de que estão restritos às ligações às redes do sistema multimunicipal de água e saneamento das Águas de Trás-os-Montes e Alto ou Águas do Norte, que não chega à Penajóia, porque foi negociado num mínimo de 500 habitantes, que a Penajóia não tem em nenhum aglomerado urbano. Essa negociação não foi o atual Presidente da Câmara que a fez, nem interessa saber quem foi. Por isso a Penajóia ficou excluída quando não devia ter ficado, e, continua excluída porque as regras presumem que o que havia para resolver, já foi resolvido, o que não é verdade. Também houve aqui quem dissesse que o problema de saneamento estava

resolvido com 90% de cobertura, mas todos sabem que não é, nem era verdade. O problema de saneamento da Penajóia será resolvido logo que haja condições para o fazer, e não se poupará a esforços a isso. As seis estações elevatórias estão colocadas no projeto, é um esquema, é um artifício técnico legal, para se conseguir levar o saneamento da Penajóia à rede das Águas de Trás-os-Montes, respondendo aos requisitos da candidatura, porque o projeto que se tinha feito era de fazer quatro adutoras de saneamento, com duas minis-etar's na Penajóia, o que não é financiável. Disse que a Câmara está a tentar, com criatividade e com investimento, porque isto ficará caro, arranjar uma solução para compatibilizar a rede que se pensou na Penajóia com as Águas de Trás-os-Montes, o que exige seis estações elevatórias, que é a única maneira de darem dinheiro, pelo que a Câmara Municipal irá fazê-lo.

Em relação ao senhor Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro, que disse ser este o orçamento mais verdadeiro, a quem retorquiu que todos os orçamentos do Município são verdadeiros. O plano de atividades e orçamento, a tal previsão, essa vontade de fazer é imensa, mas, obviamente, as previsões nem sempre se confirmam. Quando se inflaciona o orçamento, muitas vezes se inflaciona o orçamento, sabendo que não se vai cumprir, mas é a única forma de executar projetos que demoram anos a concluir, trabalhando todos os dias para eles. É fazer os projectos e as candidaturas aos fundos comunitários, vê-los chumbados, voltar a fazer, corrigir, voltar a candidatar a outra medida, dá, não dá, tenta-se trazer à Assembleia Municipal um pedido de empréstimo, que o Tribunal de Contas chumba, não há problema, mas não desistir até se conseguir fazer esta ou outra obra. Essas tentativas e erro exigem que estejam orçamentadas e, inevitavelmente, se as candidaturas não são aprovadas, se o dinheiro não aparece no final do ano, elas não são executadas, o que sempre se assumiu nesta Assembleia.

Em todo o caso, só para se fazer alguma comparação a 30.11.2015 há recebimentos e pagamentos de vinte e cinco milhões, setecentos e oitenta e cinco mil e quatrocentos e noventa e nove euros, já que se costuma dizer que a Câmara de Lamego não tem dinheiro, mas todos os meses paga mais de dois milhões de euros aos seus funcionários e fornecedores, procurando cumprir atempadamente as suas obrigações. Isso inclui, também, dar resposta às necessidades da população, das Juntas de Freguesia e às necessidades de investimentos que se têm identificado. Não lhe venham dizer que o orçamento é baixo e mau por ser baixo. Se antes eram altos, era mau por ser altos, este, que é o mais aproximado das expectativas reais de execução e dos compromissos que se assumiram, em termos de saneamento financeiro, acha que se está bastante bem. Questiona o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Penajóia se não preferia que o orçamento, em vez dos vinte e um milhões de euros, fosse de vinte e seis milhões de euros e incluísse os cinco milhões de euros para o saneamento da sua freguesia, e executá-lo já este ano, ainda que para isso a Câmara tivesse que fazer mais um “esforcinho” de endividamento.

Quanto à circular externa de Lamego, o executivo quer muito fazê-la, começou a fazê-la e o projeto está feito. Mas a circular não vai resolver todos os problemas de mobilidade na cidade. Portanto, há ter consciência, por questões de mentalidade e de hábitos adquiridos ao longo de muitos anos, que os problemas de mobilidade não têm só a ver com os problemas de infra-estruturas, mas também com hábitos que os levam a passar no centro da cidade. Já no que concerne às políticas de inclusão social, referindo-se ao mesmo membro, disse-lhe que o Município de Lamego tem feito um trabalho notável, que orgulha o executivo. Não anda a anunciar o trabalho que se faz, sabe-se qual é o papel de colaboração e apoio do Município nas parcerias, dando suporte aqueles que dão a cara, nomeadamente as IPSS'S, sem prejuízo de haver projetos específicos da iniciativa do Município, que se encontram no terreno com excelentes resultados. Estas políticas têm que ser ajustadas aos tempos, às novas realidades, necessidades e novas problemáticas, como a questão dos refugiados, área em que o Município assume que as questões sociais são tão importantes como a obra. Em relação à questão da dívida às Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, que decorre do custo da água, comparado com o custo do Pavilhão Multiusos, disse ao senhor Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro, que o que está em causa não é a água ser um bem essencial, é a água ser fornecida de forma que o Município, ou, neste caso, o Município, com um défice tarifário muito grande suportado pelo Município, esteja a pagar apenas o que é fornecido e, não esteja a pagar os exageros e os desmandos numa estrutura que foi criada pelo estado português e que, custa mais que aquilo que presta, em termos de serviço, que é fornecer água em alta aos municípios.

Referindo-se aos Centros Escolares, disse que se construíram quatro centros escolares, deviam-se ter feito apenas dois; o senhor Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro está a querer dizer, que não se devia ter construído o Centro Escola Lamego Sul – Penude e o Centro Escolar Sudeste – Ferreirim. Contudo, recordou-lhe que a carta educativa do Concelho de Lamego previa sete centros escolares, que a mesma carta educativa foi discutida e aprovada nesta Assembleia, num contexto de encerramento das escolas mais pequenas das freguesias e com uma oposição generalizada a esse encerramento. Ora, o que se fez, foi um trabalho progressivo de encerramento de infraestruturas que não tinham procura e que tinham que fechar, mas de, manutenção, quer dos jardins-de-infância, quer de dois polos escolares, mais a escola de Cambres na periferia rural, cientes de que essa presença é importante, reafirmou que continua convicto dela. O senhor Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro e outras pessoas não estarão, sendo que pensou a carta educativa com o horizonte de dez anos que se fixa em 2017, construíram-se estruturas para um horizonte de dez anos, e esses centros escolares estão a 50% da taxa de ocupação. Assim acertou plenamente, porque era essa a estimativa que tinha para a redução da população escolar em dez anos, um dos cenários da carta educativa. Se lhe perguntarem se está satisfeito dirá que sim, pois prefere saber que, todos os dias há professores e educadores que se deslocam

para Ferreirim, há funcionários de Ferreirim, de Penude, de Cambres, que vão trabalhar nas escolas, há vigilantes que acompanham as suas crianças, que as tratam pelo seu nome, que as levam à escola e aos jardins-de-infância que ainda estão nas freguesias, que há gente que vai levar produtos alimentares às cantinas escolares, há jovens que vão lá dar atividades de enriquecimento curricular, e toda esta mobilidade é importante para as freguesias. No dia em que se deixar de haver massa crítica para que estas estruturas se mantenham, já não estará, seguramente nesta Câmara, mas seria o primeiro a dizer que era hora de pensar noutra solução para os equipamentos, que cumpriram a sua função durante o prazo que a carta educativa previra.

Em relação aos investimentos na cidade e nas freguesias, quer dizer que se está a considerar como investimento, apenas, o investimento material, o investimento em infraestrutura, a obra, como o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Avões aqui disse, que a Câmara não fez nenhuma obra na sua freguesia. Bom, o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Penajóia veio aqui dizer que quer fazer o saneamento. Em Avões tem que ser uma obra qualquer; não se pode ir por aí. A obra só é importante se tiver uma função e uma finalidade. Disse ter pena quando diz que se gastaram vinte e um milhões de euros em investimento nas freguesias durante os seus mandatos, desde 2005 até à esta data, e que não se valorize o dinheiro colocado em iniciativas imateriais. As juntas de freguesias e as associações levam dinheiro que não é para fazer obra, mas cumpre o objetivo social fundamental na área freguesia. Tem pena que alguns Presidentes de Junta não valorizem isso com o muito dinheiro que a Câmara coloca em ações de índole social, que não se vê, mas tem efeito nos beneficiários que contempla, na resolução de problemas graves identificados.

Relativamente ao espaço feira disse que já existe um local próprio e adequado, para a feira semanal, que até se chama Largo da Feira. Sabe que é uma decisão polémica colocar ali a feira, que a feira naquele espaço irá trazer danos numa área reabilitada, que está bonita, mas, para si, parece-lhe o melhor local para a feira semanal. Não terá ainda condições, porque há algum trabalho prévio de preparação que tem de ser feito para se tomar essa decisão. Sabe que não há decisões consensuais, e todos sabem que há várias perspetivas para ver a mesma coisa.

No que concerne à reabilitação do Bairro do Castelo, existem alguns troços levantados e com soluções técnicas indicadas, muitíssimo caras pela dificuldade de acesso, pelas técnicas que têm de ser utilizadas, é um assunto que se está a acompanhar, mas que não tem cabimento na regeneração urbana, terá de ser noutra vertente,

Em relação ao orçamento ser otimista, um orçamento de vinte e um milhões de euros, disse que este ano, a 30 de novembro, já se vai com vinte e cinco milhões, setecentos e oitenta e cinco mil euros, portanto, não há-de ser nada do outro mundo.

Relativamente à venda de bens, disse que, se está a fazer a venda de alguns edifícios e terrenos devolutos, já foram vendidos três lotes de terreno na Urbanização de São Vicente, um dos quais era o espaço destinado ao GAT, outro um espaço vazio

sobrança que tinha só um contentor de gás, que foi desviado, fez-se um lote novo, que já foi vendido e vendeu-se o espaço do horto que vai ser suporte a um investimento do que está a ser iniciado na Santa Zita. E, isto, para dizer que se vai procurando que as atividades económicas que conseguem ter algum dinamismo na cidade, levem a cabo os seus investimentos, criando emprego e disponibilizando serviços. Disse que se vendeu o Stand da Ford, no Lugar da Preguiça, que tinha sido adquirido através da permuta com o espaço da Rotunda Fernando Amaral, onde está instalada a bomba de gasolina Repsol. Existem mais quatro hastas-públicas em curso, para dois apartamentos na zona dos bombeiros e duas escolas em Meijinhos e Melções. Têm-se vendido lotes na zona industrial, apesar da crise há gente dinâmica, que está a comprar e a começar a construir lotes na zona industrial. Existe, também, mais algum património disperso, com condições para venda, resultante de permutas ou de aquisição e outros, património antigo, que são as escolas que deve ser rentabilizado, porque estão a ser um encargo para o Município.

Em relação às entradas na cidade, disse que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Avões tem razão, é uma nódoa no seu curriculum de Presidente da Câmara, assume isso, não ter conseguido requalificar aquela entrada. Tinha a expectativa que se tivesse avançado aquele troço da CEL, entre a Rotunda do Café Baía e a Calçada Guerra, levaria ali uma rotunda, o assunto ficaria resolvido, mesmo que houvesse ligação da Calçada da Guerra à Rotunda do Continente, que viria no futuro. A verdade é que não se consegue dar seguimento a esse projeto e ter-se-á que olhar para aquele espaço, na perspetiva que se vai manter assim alguns anos..

Já em relação à questão relacionada com a cisterna do Castelo, referiu que a cisterna está lá, igualzinha, a cisterna esteve abandonada durante décadas; nessa altura podia ter sido estudada aprofundadamente, até para salientar o seu valor e motivar o projeto de recuperação e de utilização. A cisterna, tudo o que tem dentro foi lá posto, e pode ser tirado, não mexendo em nada do que é a infra-estrutura. A beneficiação da zona envolvente teve que seguir os requisitos impostos pela Direção Regional de Cultura, nomeadamente, manter o resto de ruína que lá estava.

Falando do Centro de Alto Rendimento, está lá no Complexo Desportivo, apesar de todas as contingências do que aconteceu, não é fácil ser enganado como foi.

Relativamente às incubadoras de empresas, é obvio que as incubadoras de base tecnológica é o que passa a todos os promotores de género. Mas uma incubadora de empresas de setores tradicionais é perfeitamente aceite no espaço que se está a criar na Central de Camionagem, apesar de, pela própria concessão do espaço, ser mais interessante pôr lá uma empresa de informática do que uma empresa de sapatos.

Em relação ao Conselho Municipal Económico informou que o mesmo não tem reunido, nem sequer está ainda integralmente constituído, por falta de indicação de alguns representantes de setores de actividade, que se exige uma reunião prévia de todos os operadores de uma área para escolherem o seu representante.

Relativamente ao Gabinete de Apoio às Atividades económicas e Turismo, criação deste executivo numa das últimas alterações orgânicas do Município, é uma estrutura importante, não só para a gestão quotidiana dos eventos, mas também para candidaturas a fundos comunitários e para incentivos às empresas, sendo desejável que possa ter um Gabinete de Apoio e de acolhimento a todos que querem investir em novas atividades. Sendo evidente que também há os protocolos com as Associações Empresariais, numa logica de partilha de recursos e partilha de responsabilidades.

No que concerne ao proferido pelo senhor Constantino Vaz, disse que além dos 2,3% no protocolo de delegação de competências, a transferência para as associações de freguesias e os protocolos com os transportes escolares dá acima dos 8% que referiu. É certo que cortou muito nos protocolos de delegação de competências com as Juntas de Freguesia, mas o essencial das contas foram as verbas subtraídas às Juntas de Freguesia, que se destinavam à componente escolar, quando deixaram de ter escolas do 1.º Ciclo e deixaram de ter jardins-de-infância, e parte dessas verbas foram repostas nas Associações de Freguesia, que passaram a ter responsabilidade de assegurar o funcionamento dos Centros Escolares e os prolongamentos de horários, refeições escolares e todo esse serviço de apoio aos alunos e famílias. Ou seja, o volume financeiro disponibilizado pelo Município aumentou para todas estas componentes que dão muito perto dos duzentos postos de trabalho. Isso, também, é dinheiro, dinâmica e serviço que fica e se cria nas freguesias.

Interveio o senhor **Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro** para dizer que a amplitude é tão grande em relação às matérias e assuntos abordados, que é materialmente impossível conseguir fazer o contraditório adequado. Portanto, vai-se cingir a dois ou três elementos fundamentais. Disse que continua a achar extraordinário a dialética do senhor Presidente da Câmara, porque em relação a estas histórias das Juntas de Freguesia, faz-se investimentos de vinte e um milhões de euros, depois vem um ou mais Presidentes de Junta dizer que não estão a ver onde foi gasto esse dinheiro. Por sua vez o senhor Presidente da Câmara diz que não são investimentos de obra, são apoios sociais, como se isto não fosse uma obrigação do Município no seu todo, extensivo aos transportes escolares, pois se os transportes não fossem atribuídos às Juntas de Freguesia, tinha que ser a Câmara a fazê-los. Isto é uma forma extraordinária de explicar o que não faz nas freguesias, como se tivesse feito. Disse que há freguesias que foram prejudicadas, havendo uma grande diferença em relação aos investimentos. Não se devem misturar as coisas, se se fala de investimentos são investimentos, de apoios sociais são apoios sociais, transportes escolares são transportes escolares, realidades distintas com diversos níveis de responsabilidade do Município. Colocar tudo no mesmo saco, como se fosse um benefício extraordinário, não está muito certo. Como, também não está certo a ideia do senhor Presidente da Câmara referir que já não é o tempo de discutir as questões de abastecimento de água e saneamento; pois não, já não é o tempo de se discutir as questões da pobreza,

mas, infelizmente, continua-se a discutir, porque há coisas, que de facto, se atravessam na realidade absoluta e objetiva. Portanto, nos sítios onde ainda há alguma percentagem em que a água saneamento não está resolvida, lembrando que foi o senhor Professor Luis Ramos, atual deputado do PSD quem disse isso, e chegou a essa conclusão, nem sequer foi o Partido Socialista. Em função desses resultados, chegou-se a essa conclusão, significando que havia alguma margem para ser resolvido. Dizer-se que já não há fundos comunitários, não é desculpa, pois não viu essa preocupação com os fundos comunitários quando da construção do Pavilhão Multiusos, pois até já havia um pavilhão. Na altura não havia possibilidade de candidatar o Pavilhão Multiusos a fundos comunitários, e não viu o senhor Presidente da Câmara preocupado, com o abastecimento de água e saneamento, nem preocupado com a inexistência de fundos comunitários para suportar aquela obra. O senhor Presidente da Câmara já está cá há dez anos e, tal como os anteriores, que, provavelmente, estiveram a fazer outros sistemas de abastecimento de água e saneamento, também não o fez. Se há um problema de natureza social, de sustentabilidade e qualidade de vida, seja, ou não, suportado com fundos comunitários, tem que ser resolvido.

Quando o senhor Presidente da Câmara diz que a Câmara paga, todos os meses, cerca de dois milhões de euros com as respetivas responsabilidades que lhes estão adstritas, era o que faltava que não cumprisse.

Quanto à circular externa, disse que, por mais que se diga, o problema é a possibilidade de se optar, que é coisa que não existe, a opção que é fundamental.

Já em relação aos Centros Escolares, a alternativa foi aquela que sempre disse; eram, apenas dois, um para suportar a zona norte do Concelho, outro para suportar a zona sul do Concelho, provavelmente, não com as soluções de localização que o senhor Presidente da Câmara apresentou e executou, nomeadamente no Sul.

Usou da palavra o senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Avões** para dizer que ele e o senhor Presidente da Câmara são adultos e responsáveis; isso de uma obra qualquer não é verdade, a obra que quer na freguesia de Avões foi batizada pelos técnicos da Câmara Municipal de Lamego, tem nome, o senhor Presidente da Câmara sabe, melhor que ninguém, qual é a obra que a freguesia de Avões quer executar. Disse que ficou com o Museu Pedagógico de Lamego na sua freguesia, no qual a junta de freguesia suporta, entre 90% a 95% de todas as despesas. O mesmo foi uma bandeira do senhor Presidente da Câmara e dele próprio, para que a escola fosse utilizada e não fosse colocada à venda.

Uma das obras que se propôs a fazer, quando foi candidato a Presidente da Junta, prometida, foi a requalificação do Parque Desportivo 25 de Abril, que, mais uma vez aqui refere. Se o senhor Presidente da Câmara quiser pôr a outra escola à venda, disse que consultará o povo e se o investimento ficar na sua freguesia, no sentido de requalificar o Parque Desportivo, até porque a freguesia de Avões é das freguesias

mais populosas, em termos de juventude, pode contar com o apoio dele e da freguesia e dele para vender a escola.

Deliberação: Colocado à votação, o orçamento foi Aprovado, por maioria, com dezanove votos a favor, nove votos contra e seis abstenções.

Usou da palavra o senhor Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro para fazer a seguinte declaração de voto: *“ O grupo municipal do Partido Socialista vota contra o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para o ano de 2016, baseado nos conteúdos críticos expressos nas intervenções que foram feita, pelos respetivos intervenientes aquando da sua discussão e, também, das declarações de voto que foram, oportunamente apresentadas e estão lavradas, pelos senhores vereadores do Partido Socialista, aquando da discussão e votação no seio do executivo municipal”.*

Interveio a senhora **Maria Leonor Fernandes Pinto Mendes da Costa** para fazer a seguinte declaração de voto: *“ A minha abstenção prende-se com a complexidade do processo relativo ao Centro Multiusos de Lamego, nomeadamente com a necessidade de concretização dos itens constantes da recomendação feita pela Assembleia Municipal de julho passado próximos sobre este assunto e que está plasmado na referida ata de sessão.”*

Interveio o senhor **Constantino José da Costa Vaz** para fazer a seguinte declaração de voto: *“ O Grupo Municipal da Coligação “Todos Juntos Por Lamego, votou a favor do Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano económico de 2016, por se rever em tais documentos. Todavia o Grupo Municipal da Coligação “Todos Juntos Por Lamego” continua a recomendar a extinção da Lamego Renova, com a integração do seu património na autarquia, conforme recomendações em sessões anteriores da Assembleia Municipal.”*

05 - ASSUNTO: MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2016

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal, referente ao mapa de pessoal a ser aprovado pela Assembleia Municipal, entidade competente para a aprovação da proposta da Orçamento Municipal, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 29.º da LTFP, em articulação com o disposto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas leis n.ºs 3-B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro e 80/2013, de 28 de novembro.

Nos termos do artigo 29.º da LTFP, os mapas de pessoal contêm a indicação do número de postos de trabalho de que o órgão ou serviço carece para o desenvolvimento das respetivas atividades, caracterizados em função da atribuição, competência ou atividade que o seu ocupante se destina a cumprir ou a executar; do cargo ou da carreira e categoria que lhe correspondam; dentro de cada carreira e ou, categoria, quando imprescindível, da área de formação académica ou profissional de que o seu ocupante deva ser titular e do perfil de competências transversais da respetiva carreira e, ou, categorias, complementado com as competências associadas à especificidade do posto de trabalho.

A proposta de mapa de pessoal para 2016 contém 239 postos de trabalho, distribuídos da seguinte forma:

- ✓ 226 Postos de trabalho encontram-se preenchidos, ocupados por trabalhadores em exercício efetivo de funções na Câmara Municipal de Lamego;
- ✓ 6 Postos de trabalho a criar neste mapa, visando a respetiva ocupação, nomeadamente no âmbito de preenchimento, em recrutamentos futuros, caso se venha a justificar por motivo de estrita necessidade dos serviços, de acordo com as previsões legais;
- ✓ 7 Postos de trabalho existentes mas não ocupados, em virtude de 5 dos seus titulares estarem em comissão de serviço e 2 postos em vacatura.

RESUMO MAPA DE PESSOAL 2016 - CÂMARA MUNICIPAL DE LAMEGO						
TOTAL GERAL	Postos de trabalho	Desdobramento dos postos de trabalho				
		Preenchidos		A criar/preencher		Não ocupado
		CTTI	CTTC	CTTI	CTTC	
	239	218	8	5	1	7
		226		6		7

Os 6 postos de trabalho a criar são uma previsão daquilo que se entendeu ser os recursos humanos necessários, para responder cabalmente ao exercício das competências do Município, sem prejuízo de se dar cumprimento às limitações previstas nos anteriores Orçamentos de Estado, e que se preveem que se mantenham para o ano de 2016, relativamente à gestão de pessoal dos municípios.

Os 6 lugares previstos são: 1 fiscal de feiras e mercados, 2 técnicos superiores, 1 assistente operacional (nadador salvador), 1 encarregado geral e 1 encarregado operacional.

O presente mapa de pessoal foi elaborado tendo em conta a adequação da estrutura orgânica do Município de Lamego, às regras e critérios estabelecidos na Lei n.º 49/2012, de 22 de agosto.

Assim, propõe que a Câmara Municipal, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 2.º do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, 12/09, delibere propor à Assembleia Municipal de Lamego que, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1, do artigo 33.º, da referida Lei, conjugado com o disposto no artigo 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 121/2008, de 11 de julho, aprove o mapa de pessoal para o ano de 2016.

Tomou a palavra o **senhor Presidente da Câmara** dizendo que o mapa de pessoal não inclui grandes alterações relativamente ao que presentemente está em vigor. Disse que existem, neste momento, duzentos e vinte e seis trabalhadores no quadro da Câmara Municipal, sendo duzentos e dezoito a tempo indeterminado e oito a termo certo. Há sete vagas não ocupadas no mapa de pessoal, está a propor criar cinco lugares de trabalhado a tempo inteiro e um a termo certo, sendo este um nadador salvador para as piscinas municipais, que necessita existir por imposição legal e os

cinco a tempo indeterminado são relacionados com funcionários que estão em mobilidade, nomeadamente, nas funções de chefe de divisão e que têm direito ao seu lugar de retoma, ou seja, na sua carreira própria. Em relação ao demais, mantém-se o quadro que está atualmente em vigor.

Usou da palavra o senhor **Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro** dizendo que o grupo municipal do Partido Socialista, sempre, tem, em relação às matérias de pessoal, dúvidas e dissidências em relação ao modelo do quadro de pessoal, conforme ele é apresentado. No entanto, tem vindo sempre a verificar que, como é uma matéria que se enquadra num processo modelar da gestão autárquica e como envolve pessoas, o Partido Socialista tem, como norma, nunca estar contra os mapas de pessoal, mesmo, que não concorde com a sua ligação entre as suas orgânicas e as funcionalidades respetivas, com cada uma das áreas de serviço, do ponto de vista do pessoal que está envolvido. Esta é a razão sintética, também apresentada pelo senhor vereador do Partido Socialista, da abstenção do Partido Socialista. Existem dúvidas sobre essa orgânica, sobre essa funcionalidade, mas respeitando o modelo gestor que o executivo adotou, a opção do Partido Socialista é da abstenção.

Deliberação: Colocado à votação, o mapa de pessoal foi Aprovado, por maioria, com vinte votos a favor e nove abstenções.

06-ASSUNTO: APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DA MINUTA DO ACORDO DE TRANSAÇÃO COM AS ÁGUAS DO NORTE, S.A. E RESPETIVOS ANEXOSA, BEM COMO A REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PLURIANUAIS, DE ACORDO COM O PONTO N.º 10 DA REFERIDA MINUTA

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta da Câmara Municipal do seguinte teor:

“A Águas do Norte, S.A. é concessionária da exploração e da gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Norte de Portugal, que consubstancia um serviço público a exercer em regime de exclusivo, criado pelo Decreto-Lei n.º 93/2015, de 29 de maio;

2. O Município de Lamego é utilizador do Sistema;

3. Existem serviços prestados de saneamento de águas residuais no âmbito do contrato de fornecimento de água em alta e tratamento de efluentes não pagos, justificado pela ação no Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, ação proposta pela CIMDOURO contra o Estado português, o Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e da Energia e a Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A;

4. O artigo 89º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de Dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2015) prevê que os Municípios possam apresentar um plano de pagamento, para a regularização de dívidas vencidas, às entidades gestoras de sistemas multimunicipais de abastecimento de água, saneamento ou resíduos urbanos,

prevendo, assim, a celebração de acordos de pagamentos que limita a um prazo máximo de 5 anos;

5. O Município assume, junto da Águas do Norte, S.A, por referência ao final de agosto de 2015, uma dívida vencida de serviços prestados de 2.370.709,92 euros;

6. Importa acautelar o pagamento desta dívida, o regular pagamento dos serviços 2016, bem como dos valores devidos, no âmbito dos acordos ainda em execução, tentando o maior equilíbrio possível, no tempo, no esforço envolvido na satisfação deste conjunto de responsabilidades, atentas as disposições legais vigentes e a oportunidade aberta pelas disposições do Orçamento de Estado já referidas;

7. A administração da empresa ÁGUAS DO NORTE, S.A, se mostrou recetiva à operação e disponível para aceitar um acordo de transação, pugnando por uma remuneração da dívida assente na taxa Euribor com uma margem de 3,035%;

8. As condições estabelecidas vão ao encontro das preocupações manifestadas pelo Município quanto ao acautelar do conjunto de obrigações com esta empresa e são mais favoráveis do que as que resultam da taxa aplicável à dívida comercial (7,05%);

9. A minuta do acordo apresentada, propõe o pagamento da primeira amortização da dívida em 28 de janeiro de 2016, sendo que, em novembro e dezembro do ano corrente, prevê o pagamento de duas prestações de juros de mora.

10. Nos termos do disposto no artigo 6.º da LCPA, deve o acordo de transação ser submetido para autorização prévia da Assembleia Municipal, de acordo com a minuta:

Prestação:	43.997,11 €
Total	60

ACORDO DE PAGAMENTO							
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	TOTAL
Juros	11.991,84 €	65.553,87€	51.322,79€	36.653,77€	21.533,26 €	6.058,73 €	193.114,26 €
Amortização	- €	461.411,45€	476.642,53€	491.311,55€	506.432,06 €	434.912,33 €	2.370.709,92€
TOTAL	11.991,84 €	526.965,32€	527.965,32 €	527.965,32€	527.965,32 €	440.971,06 €	2.563.824,18€

Face ao exposto, propõe que a Câmara delibere, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e respetivas declarações de retificação, e artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e , aprovar e submeter à Assembleia Municipal para que este órgão:

1- Aprove a minuta do acordo de transação com a Águas do Norte, S.A. e respetivos anexos que fazem parte integrante da presente proposta.

2- Aprove a repartição de encargos plurianuais, de acordo com o ponto n.º 10.

Interveio o senhor **Presidente da Câmara** para dizer que é do conhecimento dos membros da Assembleia, que o Município de Lamego tem um longo litígio com as Águas de Trás-os-Montes, agora Águas do Norte, quer relativo aos consumos

mínimos, quer relativo ao diferencial tarifário, entre a tarifa aprovada e a tarifa proposta, no âmbito do acordo FETA – Fundo Equilíbrio Tarifário em Alta.

Com a fusão das empresas das águas e a descida do tarifário para valores aproximados à tarifa FETA, que o Município reivindicava, em tribunal, justifica-se encontrar um acordo com as Águas do Norte, que limita o litígio à questão dos mínimos. Aí não se prescindirá, está-se a falar de cerca um milhão de euros/ano, a título de consumos mínimos, mas, em relação à faturação normal ir-se-á procurar ultrapassar esses litígios, o que obriga a reconhecer a dívida e a proceder ao seu pagamento. A lei prevê que estas dívidas possam ser pagas faseadamente até cinco anos, que é o que se está a propor. Haverá um problema, porque se irá encerrar a captação de Penude e passar adquirir a totalidade da água às Águas do Norte. O que significa que se irá, para além destes cerca de quarenta e cinco mil euros de prestação mensal, continuar a pagar entre cem a cento e vinte mil euros por mês de fatura de água e saneamento às Águas do Norte, o que significa estar-se a falar de uma verba acima dos cento e cinquenta mil euros por mês, difícil de acomodar nas contas do Município, de despesa corrente. Por isso, vai-se procurar uma solução que a Lei prevê, de vir a diluir a dívida, não nos sessenta meses, mas em dez anos, que é o máximo possível. Neste momento, ou seja, entre a preparação deste documento e o dia de hoje, o município já deve mais de quinhentos e dez mil euros às Águas do Norte, isto é, o Município tem, neste momento, uma dívida às Águas do Norte de dois milhões, quinhentos e sessenta e três mil euros, mais quinhentos e dez mil euros, que se acumularam desde que se começou a negociar este acordo. Mais do que a dívida à banca e do problema do multiusos, é um problema premente que se tem em mãos e que pode trazer graves dificuldades à gestão financeira do Município de Lamego.

Neste momento, é o acordo possível, sob o ponto de vista legal e de acordo entre as partes; assim pediu à Assembleia Municipal que o aprove, tentará trazer um acordo que seja mais benéfico para a tesouraria do Município, que deixe alguma margem para outros investimentos e outras despesas, também importantes.

Deliberação: Colocado à votação, a proposta foi Aprovada, por maioria, com vinte e quatro votos a favor, um voto contra e seis abstenções.

Interveio o senhor **João Paulo Batalha Machado** para fazer a seguinte declaração de voto: *“O grupo municipal do Partido Socialista, absteve-se, pelo que acabou de ser dito pelo senhor Presidente da Câmara, precisamente, analisou o que foi dito, no que concerne aos graves problemas de gestão financeira do Município. Neste sentido dá aqui, por reproduzido, completamente reproduzido aquilo que foi a declaração de voto do senhor vereador Manuel António Rebelo Ferreira e que, para o grupo municipal do Partido Socialista é fundamental”*

07-ASSUNTO: APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DA PROPOSTA DA ARU PREGUIÇA/CERRADO, ARU NAZES, ARU AMOREIRAS, ARU PARQUE

URBANO/MEDELO E ARU SANTA CRUZ E RETIFICAÇÃO DA ARU CASTELO
(INTRODUÇÃO DE UMA NOVA UNIDADE DE INTERVENÇÃO)

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal, para apreciação e deliberação das Aru's acima referidas, nas condições propostas na informação n.º 3971/Dou, de 28 de agosto de 2015.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para dizer que se teve a oportunidade de aprovar nesta Assembleia um conjunto de seis áreas de regeneração urbana, estas novas ARU's que são propostas e a retificação da ARU do Castelo prendem-se como já referiu com o plano estratégico de desenvolvimento urbano, ou seja, é uma condição base para a elegibilidade dos projetos, que eles incidam sobre áreas de reabilitação urbana. Como se tem a expectativa de desenvolver alguns projetos que não estavam incorporados nas ARU'S existentes, optou-se por elaborar as ARU'S, o que supõe a realização dos estudos e trabalhos técnicos que a Lei impõe, o desenvolvimento dos documentos e planos que lhes correspondem e a imprescindível aprovação desta Assembleia Municipal, para que as mesmas possam ter efeito legal.

Deliberação: Colocado à votação, a proposta foi Aprovada, por unanimidade.

08-ASSUNTO: APRECIAÇÃO E DELIBERAÇÃO DA PROPOSTA DE RECONHECIMENTO PÚBLICO MUNICIPAL DA INSTALAÇÃO DE UM EDIFÍCIO TÉCNICO DE APOIO AO COMPLEXO INDUSTRIAL, NA QUINTA DO SOL - PARADA DO BISPO, REQUERIDO PELA SYMINGTON – VINHOS, S.A

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal, propondo que a Assembleia Municipal que delibere o interesse público municipal do complexo industrial da Quinta do Sol, propriedade da Symington – Vinhos S.A., atenta a relevância neste equipamento, localizado na União de Freguesias de Valdigem e Parada do Bispo, para a economia concelhia e regional na criação de emprego, no escoamento da produção de uvas e vinhos dos produtores locais e na afirmação comercial dos vinhos do Douro, através de algumas das marcas mais relevantes ali produzidas e com a presença nos mercados municipais

Usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara**, dizendo que a Quinta do Sol é o maior Centro de Vinificação do Douro, é ali que é produzida a quase totalidade dos vinhos de mesa do grupo SYMINGTON – VINHOS, S.A . das 26 quintas que possuem no Douro.. Esta empresa tem vindo a investir bastante no complexo industrial da Quinta do Sol, mas depara-se com algumas dificuldades com a travessia de uma linha de água que impõe diversas limitações à construção, bem como a inclusão, em termos de ordenamento do território, no plano de ordenamento da barragem da Régua e Carrapatelo. Isso tem levado a uma dificuldade de realização de um conjunto de investimentos, nomeadamente, o investimento que titula esta proposta de deliberação e que tem a ver com a criação de condições para a instalação, além da componente vinícola dos serviços de apoio necessário, Pelo que é intenção da empresa, cada vez mais, ter técnicos que estejam presentes naquele local, em vez de trabalharem nos

escritórios da empresa, situados no Porto ou Vila Nova de Gaia. Neste momento, há uma hipótese de regularizar, do ponto de vista do licenciamento de todos os investimentos efetuados naquele espaço, quer os que não estão conforme à Lei, quer perspectivas de ampliação que a empresa tem em mente, mas é necessário a declaração de interesse municipal da Assembleia Municipal para o complexo industrial da Quinta do Sol, do Grupo SYMINGTON – VINHOS, S.A, o que desde já se propõe.

Deliberação: Colocado à votação, a proposta foi Aprovada, por unanimidade.

9- ASSUNTO: APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DA ADESÃO DO MUNICÍPIO DE LAMEGO À ASSOCIAÇÃO DE TURISMO PORTO E NORTE DE PORTUGAL (PNP) – AGENCIA DE PROMOÇÃO EXTERNA

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara para dizer que este ponto não existe, foi colocado indevidamente, por um lapso dos serviços, pois é um assunto da Assembleia Intermunicipal da CIM.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Dirigindo-se ao público presente, o senhor **Presidente da Assembleia**, perguntou se alguém pretendia usar da palavra nos termos e para os desideratos legais, não tendo havido manifestação nesse sentido.

09-ASSUNTO: MINUTA

Proposta do senhor Presidente da Assembleia Municipal para aprovação, em minuta, dos assuntos deliberados na presente sessão.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

10-ASSUNTO: TERMO

O senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão às treze horas e cinquenta minutos, da qual foi lavrada esta minuta, que vai ser assinada por si e pelo Assistente Técnico, Joaquim dos Santos Mateus, que a redigiu.

O Presidente da Assembleia Municipal

O Assistente Técnico: